

**DESENVOLVIMENTO URBANO-RURAL DA REDE DE JANAÚBA E  
NOVA PORTEIRINHA**

**Por,**

**VIVIAN MENDES HERMANO**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS  
1º semestre de 2006**

**DESENVOLVIMENTO URBANO-RURAL DA REDE DE JANAÚBA E  
NOVA PORTEIRINHA**

Dissertação elaborada sob a orientação da professora Doutora Simone Narciso Lessa, do Departamento de pós-Graduação *strito-senso* da UNIMONTES, pela aluna Vivian Mendes Hermano, do mestrado em Desenvolvimento Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Simone Narciso Lessa (orientadora)

---

Professora Doutora Luciene Rodrigues (titular)

---

Professora Doutora Vânia Rúbia Farias Vlash (titular)

---

Professor Doutor Antônio Dimas Cardoso (suplente)

**MONTES CLAROS, 1.º semestre de 2006**

Dedico este trabalho a Cristina Tolentino, amiga e companheira que em muitos momentos esteve próxima e solidária. Uma pessoa muito especial que não está mais neste mundo, mas que marcou muito, não somente a mim, mas a todos do PPGDS. “Cris como disse o Renato Russo ... você foi embora cedo demais....”

Agradeço a todos que contribuíram nessa caminhada principalmente a minha família, meus amigos, os companheiros de curso. Agradeço em especial a professora Simone Lessa, orientadora, que sempre teve paciência comigo. Aos professores do curso, aos funcionários da secretaria e a essa força maior que nos move em busca das grandes realizações. Agradeço também a minha mãe e meus irmãos Luciana e Miguel, a meu marido Raimundo, e minhas filhas Sofia e Maíra que são a fonte de toda a inspiração que tive pra trabalhar!

## RESUMO

O seguinte trabalho tem por objetivo principal analisar o grande crescimento urbano vivenciado por Janaúba e Nova Porteirinha à partir da década de 50, bem como, a transformação do papel desta cidade na rede urbana nortemineira. Este “desenvolvimento” tem como marco temporal principal a construção da barragem Bico da Pedra, que permitiu a implementação de um projeto de irrigação. Nesse sentido é importante observar que o salto no crescimento urbano da cidade, ocorreu por meio do desenvolvimento do campo, que levou a cidade se tornar um centro fornecedor de suplementos técnicos, mão-de-obra especializada e insumos agrícolas, auxiliando na produção da fruticultura. A relação espacial de ordenação, concentração e polarização retratam a ordem social vigente, gerando uma paisagem mista de avanço e retrocesso, de desenvolvimento e exclusão. Este território modificado passa a ocupar uma posição diferenciada na rede urbana regional, destacando seu papel econômico e social em relação às demais micro-regiões do Norte de Minas. Essa transformação não aconteceu espontaneamente, muito pelo contrário, é pelas mãos do estado que a mutação se fundamentou. Assim, entender o papel do estado na transformação da cidade, analisar a posição da mesma na rede urbana regional, pensar sobre a relação campo-cidade, e identificar as diversas conseqüências desta modificação, são temas centrais discutidos neste trabalho.

Palavras-chaves: desenvolvimento, urbanização, modernização rural.

## ABSTRACT

This paper aims to analyse the increasing urban development that Janaúba and Nova Porteirinha have gone through since the 1950s, as well as the change of roles of these cities in the North of Minas Gerais. This development is associated to the construction of a dam named Bico da Pedra, once it allowed the start of irrigation projects. In this sense, it is important to notice that the urban development is a result of the development of the countryside, since the cities became a provider of equipments, implements, fertilizers and skilled work force that help in the growing of fruit crops. The space relation of order, concentration and polarity reflect the existing social order, generating a view of progress, underdevelopment and exclusion. This modified area, starting holding a differential position in the local urban network highlights its economic and social role related to the other micro regions of the North of Minas Gerais. This transformation did not take place spontaneously, instead, it happened due to the intervention of the state. Therefore, to understand the role of the state concerning to the transformation of the cities, analyse the position of them in the local urban network, think of the relation of a city and the countryside and identify the various consequences of these changes, are the main issues discussed in this paper.

Keywords: Development, urbanization, modernization

## SUMÁRIO

Introdução .....	8
1 - Estado, desenvolvimento e projeto Gorutuba.....	18
1.1 - O estado e o “vazio regional”: o esquecimento governamental e o isolamento.....	20
1.2 - Estado desenvolvimentista e a reorganização espacial.....	25
1.3 - Integração regional, a Sudene e o projeto Gorutuba .....	28
1.4 - A geopolítica de implantação dos projetos de irrigação na região..	32
1.4.1-Projeto Gorutuba e as transformações espaciais políticas.....	38
1.5 - Projeto Gorutuba: fonte de desenvolvimento, modernização e exclusão .....	41
2-Trajetória urbana, redes e desenvolvimento .....	46
2.1 - Urbanização e o papel do estado .....	47
2.2 - Processo de urbanização brasileira.....	49
2.2.1 - Desenvolvimento regional: o modelo industrial .....	50
2.3 - Redes: histórico e definição .....	54
2.3.1 - Genealogia e classificação da rede urbana norte-mineira .....	60
2.3.1.1 - Rede urbana norte-mineira: fase pré-mecânica .....	61
2.3.1.2 - Rede urbana norte-mineira: fase atual .....	65
2.4 - Posição de Janaúba e Nova Porteirinha na rede fruticultora norte-mineira .....	72
3 - Evolução do conjunto Janaúba-Nova Porteirinha na rede urbana norte-mineira .....	76
3.1 - Janaúba: o centro comercializador.....	78
3.2 - Nova Porteirinha: a região produtiva .....	81
3.3 - O conjunto Janaúba-Nova Porteirinha.....	88
4 - Considerações finais.....	92
5 - Referências bibliográficas.....	97

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

### FIGURAS:

1 - Mapa de Minas Gerais .....	8
2 - Mapa das Microrregiões do Norte de Minas .....	9
3 - Esquema da rede urbana dendrítica .....	64
4 - Mapa Norte-Mineiro da rede urbana geral.....	71
5 - Rede da fruticultura norte-mineira .....	74
6 - Mapa do projeto de irrigação do Gorutuba .....	77
7 - Gráfico comparativo da população de Janaúba 1970-2000 .....	80
8 - Gráfico da produção de banana x outras culturas .....	84

### TABELAS:

1 - Ranking de investimentos governamentais no Norte de Minas .....	37
2 - Arrecadação municipal de Nova Porteirinha 1997-2005 .....	41
3 - Hierarquização da rede urbana pré-mecânica norte-mineira .....	64
4 - Agrupamento dos municípios segundo a dimensão “urbanização”.....	68
5 - Rede urbana geral norte-mineira.....	69
6 - Rede da fruticultura regional .....	75
7 - Composição da população (%) do município de Janaúba 1970-2000 ....	79
8 - Produto interno bruto dividido por setor de Janaúba 2002 .....	81
9 - Relação dos ocupantes e distribuição fundiária do Perímetro Irrigado do Gorutuba .....	83
10 - Valor anual do Perímetro Irrigado do Gorutuba/Nova Porteirinha 1995-2002 .....	84
11 - Composição da população do município de Nova Porteirinha 1991-2002 .....	85
12 - Produto Interno bruto dividido por setor de Nova Porteirinha .....	86
13 - População economicamente ativa (PEA) por atividade em Nova Porteirinha.....	87
14 - Evolução do IDH de Janaúba e Nova Porteirinha 1991-2000 .....	89
15 - Comparação sócio-econômica entre Janaúba e Nova Porterinha em 2002.....	90
16 - Rede urbana geral do Norte de Minas .....	95

17 - Rede fruticultora nordeste do Norte de Minas .....	95
---	----

## **ABREVIATURAS**

ABANORTE: Associação de Bananicultores do Norte de Minas

CEPAL: Centro de Estudos Políticos e Econômicos da América Latina

CODEVASF: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

DIT: Divisão Internacional do Trabalho

DNOCS: Departamento de Obras Contra a Seca

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFCS: Inspetoria de Obras Contra a Seca.

J/NP: significa conjunto urbano-rural Janaúba e Nova Porteira que são o objeto da pesquisa.

SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento da Região Nordeste

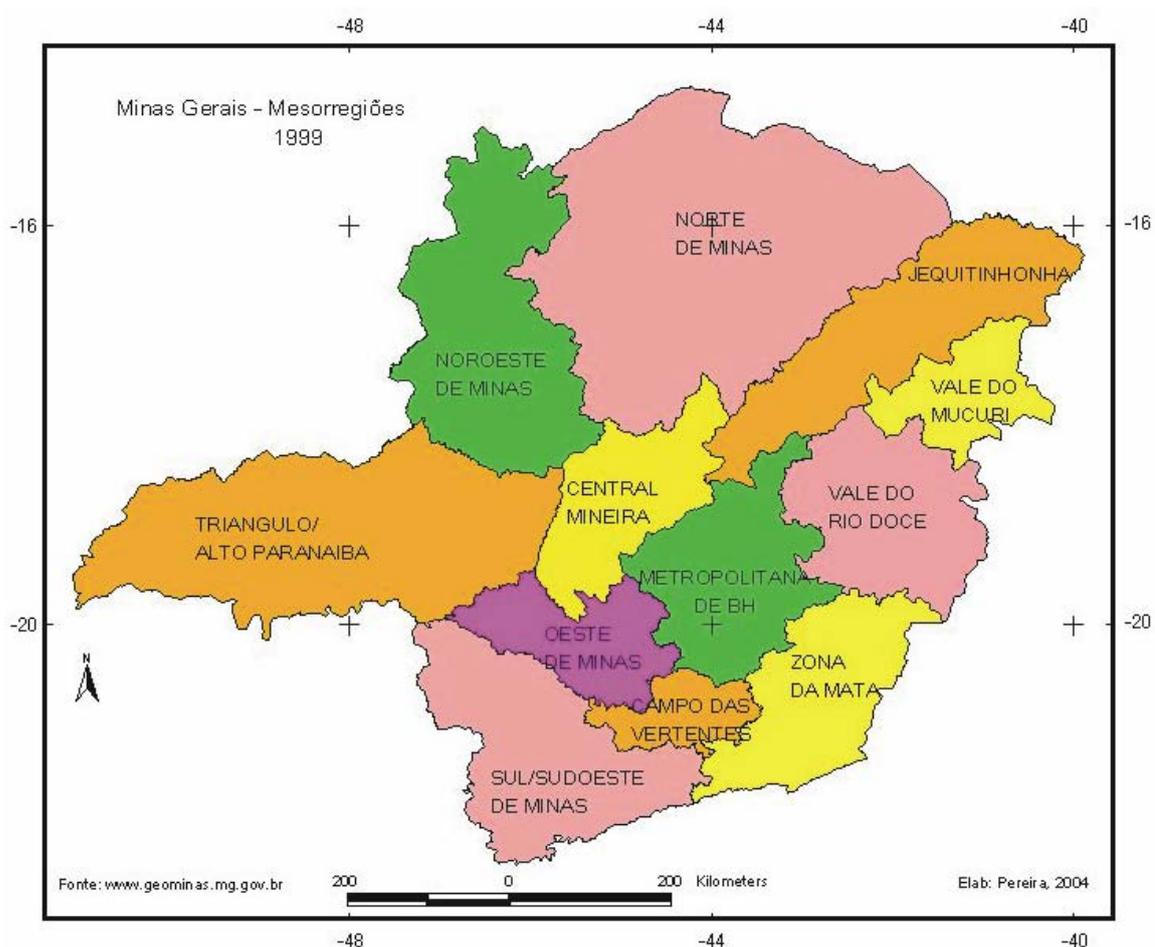
SUVALE: Superintendência do Vale do Rio São Francisco

UNIMONTES: Universidade Estadual de Montes Claros

## INTRODUÇÃO

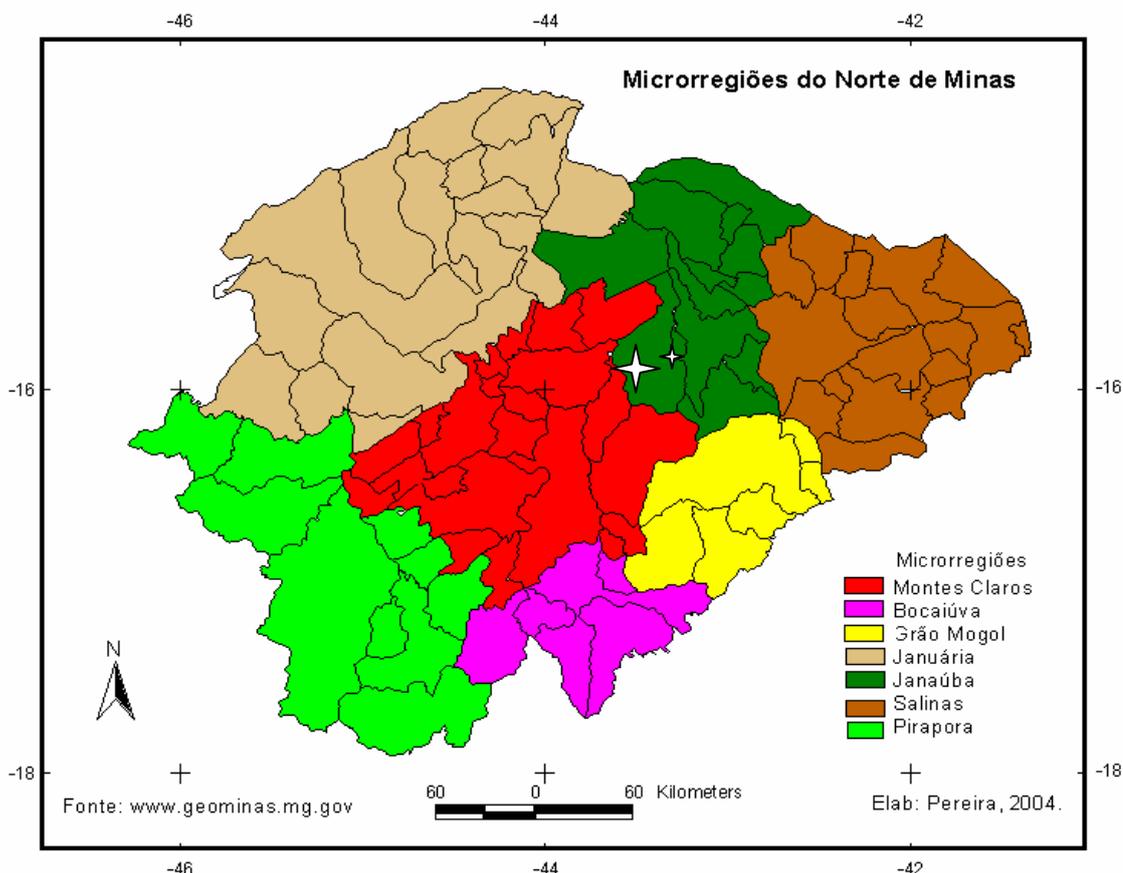
Esse trabalho apresenta um estudo da transformação do espaço urbano\rural das cidades norte-mineiras Janaúba e Nova Porteirinha, que fazem parte da bacia do rio Gortuba. O entendimento dessa nova espacialidade, desenvolvida a partir da implementação de um projeto de irrigação, permitirá o esclarecimento das transformações ocorridas nesses lugares, tanto em nível espacial quanto social. Essas cidades se localizam na região nordeste de Minas Gerais, na meso-região brasileira Norte de Minas, demonstrada no mapa abaixo:

**Figura 1: Mapa de Minas Gerais**



Na região norte-mineira, pertencem à microrregião de Janaúba, demonstrada no mapa abaixo, estando as mesmas destacadas por símbolos, sendo Janaúba a maior cidade e Nova Porteirinha a menor.

**Figura 2: Mapa das Microrregiões do Norte de Minas**



Essas cidades passam, a partir da década de 50, por intensas modificações sócio-espaciais. Os aspectos referentes a essa transformação serão, nesse trabalho, tratados por meio do estudo da trajetória histórico-político-espacial da região, que visa entender a construção geopolítica e territorial desses lugares, o seu desenvolvimento econômico, bem como a sua estruturação na rede urbana norte-mineira.

Para o entendimento da nova espacialidade dessas cidades, esta pesquisa irá analisar a estrutura urbana/rural atual e anterior, com o objetivo de demonstrar a mutação de seu espaço. O foco principal da pesquisa é analisar as conseqüências do projeto de irrigação instalado no rio Gortuba em Janaúba e Nova Porteirinha, principalmente a partir de 1978, quando foi

construída a Barragem Bico da Pedra. Essa obra, além de mudar a dinâmica natural do rio, também modificou a estruturação sócio-espacial da micro-região e, principalmente, o ordenamento das cidades, bem como suas posições na rede urbana regional.

É preciso, então, esclarecer dois aspectos importantes: o primeiro diz respeito à relação rural/urbano, e o segundo se refere à questão urbano/urbano. Faremos uma análise rural/urbana pelo fato de que a cidade cresceu a partir de mudanças nas atividades desenvolvidas no campo, ocasionadas pela implantação do Projeto Gorutuba e pela construção da Barragem Bico da Pedra.

Janaúba era um pequeno entreposto comercial regional que, depois da implementação da fruticultura irrigada, passa a se destacar economicamente no cenário regional, enquanto Nova Porteirinha, que era um distrito, se eleva à categoria de cidade. Apresentaremos uma análise da estruturação urbana em nível das redes regionais, por meio de uma mutação na estrutura rural, sendo, portanto, uma análise da relação campo\ cidade.

Ao falar de desenvolvimento rural ou urbano perde-se a perspectiva da abordagem dicotômica do rural-urbano (SILVA, 1990:107). Nessa afirmação ressalta-se a importância da análise lógica de um conceito, dividido em dois outros, em geral contrários, que lhe esgotam a extensão, numa relação complementar. Remete-se ao fato de que, no Brasil, diferentemente de outros países, o processo de desenvolvimento não esteve somente ligado à urbanização industrial clássica, muito pelo contrário, em função da sua posição internacional de fornecedor de matérias-primas, o campo tem um papel de destaque na formação das cidades.

Isso evidencia a interação dos segmentos rural-urbano, que são relacionáveis e, no caso brasileiro, interdependentes. Janaúba e Nova Porteirinha são confirmações dessa hipótese, já que as cidades ganham grande impulso urbano a partir da implantação de um projeto de irrigação, que moderniza inicialmente o campo. Esse fato caracteriza a relação estabelecida entre a agricultura moderna e seus insumos tecnológicos estruturados pela cidade.

O segundo aspecto está relacionado à questão urbana/urbana, já que a pesquisa se refere a duas cidades: Nova Porteirinha e Janaúba. Essa fusão

analítica ocorre, primeiramente, pela proximidade geográfica dessas cidades, já que são conurbadas mas, principalmente, por sua relação dependente; Janaúba é o centro comercializador e Nova Porteirinha, a área de produção, situação que leva tais cidades a uma relação econômica altamente interdependente.

Esse fato, no entanto, não as levou a uma unificação política, já que Nova Porteirinha se emancipou em 1995. Na perspectiva da Política Territorial ou, mais precisamente, da Geopolítica<sup>1</sup>, a relação é fragmentada e, em alguns momentos, divergentes. A relação política contrária entre os municípios não é foco de estudo desta pesquisa, mas é um dado muito importante que retrata um quadro de divisão na distribuição do poder territorial. Dessa forma, o fortalecimento e a implantação de políticas públicas voltadas para o campo influenciam não apenas a zona rural; as relações com a estrutura político-administrativas urbanas também se modificaram. Isso caracterizou a formação de novos territórios no espaço, demonstrada principalmente nas disputas locais pelo poder estatal.

A análise da conjuntura atual do espaço e da sociedade aos quais se refere a pesquisa necessita do esclarecimento das razões da transformação. É premissa deste trabalho que as realidades atuais são fruto de um processo histórico que marca o espaço e o tempo, transmutando o cotidiano social mais amplo, levando à necessidade do entendimento da trajetória histórico-sócio-espacial da região norte-mineira. O espaço anterior, desse conjunto rural/urbano de Janaúba e Nova Porteirinha, se refere ao estudo da história local inserido no quadro nacional, com destaque para a década de 50, que foi o marco das intervenções governamentais, modificando de forma marcante a dinâmica regional e das cidades.

Nesse sentido, faremos uma revisão bibliográfica para elucidar as concepções governamentais sobre a questão do desenvolvimento e suas implicações num contexto nacional e regional buscando, a partir do cenário macro-político, entender a evolução urbana do objeto de estudo. Para isso,

---

<sup>1</sup> Geopolítica é a ciência que estuda as relações de poder da sociedade, em especial o Estado, com o espaço, ou mais precisamente o território.

destacaremos a atuação da SUDENE<sup>2</sup>, que foi um dos órgãos responsáveis pelo projeto implementado na área de análise.

É importante ressaltar que, no Norte de Minas, assim como no resto do país, essa transformação foi determinada pela dinâmica político-econômica nacional, tendo como principal ator o Estado, que é o promulgador de políticas públicas que beneficiaram ou não determinadas classes sociais, modificando a espacialidade e a economia. Todo processo de transformação do espaço é moldado a partir de uma política urbana. É notório o esforço pelo qual o Estado, através dos diferentes mecanismos, acaba controlando e estimulando ou não o desenvolvimento sócio-espacial. Uma de suas principais características é a intervenção de forma peremptória na dinâmica urbano-rural, o que leva à necessidade latente de se entender as políticas públicas implementadas no Norte de Minas e de compreender o papel estatal desempenhado na região.

A existência dessa intervenção exógena é marcada por uma tendência de atuação, ou seja, uma formatação, ou modelo de planejamento regional. Esse modelo é determinado pela “visão” geopolítica governamental, e sua capacidade de implementação técnica. Dessa maneira, um dos objetivos do trabalho será o de evidenciar a importância e as razões da escolha das cidades de Janaúba e Nova Porteirinha como áreas de atuação governamental. Entender as causas dessa opção levará a uma análise crítica do Projeto Gortuba, visando clarificar o processo mutacional.

Essa transformação é caracterizada por SANTOS (2000) como uma regionalização globalizada que atende, num primeiro momento, aos interesses internacionais de adequação brasileira à nova divisão internacional do trabalho (DIT) e, posteriormente, atende à necessidade nacional de complementação da estruturação do crescimento produtivo, sempre favorecendo, em ambas as esferas, a determinadas elites do capital nacional e internacional. Esse realinhamento global tem o Estado como uma de suas ferramentas mais atuantes.

A base de atuação das políticas públicas nunca ocorre em um lugar único isolado. Essas políticas apresentam-se de forma regional, porém polarizada,

---

2 Superintendência de Desenvolvimento da Região Nordeste

pois alguns municípios são escolhidos para receberem determinados projetos. Essa interação espaço-política se define pela fragmentação articulada, ou precisamente pelo conceito do desenvolvimento desigual e combinado, que representa, entre outras relações, a correlação hierárquica das regiões, em prol da dinâmica especialista do sistema moderno-capitalista.

O desenvolvimento da divisão específica do trabalho, como tal, é fator determinante da divisão territorial. A diferenciação é cada vez mais produto do desenvolvimento técnico dos próprios instrumentos de produção.  
(SMITH, 1988:163)

Essa afirmação clarifica a idéia de que as especializações espaciais visam atender à dinâmica do capital, objetivando sempre o aumento da lucratividade e da movimentação financeira, o mesmo acontecendo com a região norte mineira que se transformou, assumindo novas funções para atender a algumas necessidades do sistema e não da sociedade em geral. O conceito de fragmentação territorial articulada e desenvolvimento desigual vão nos esclarecer o papel da região no quadro nacional e internacional mais amplo, além de demonstrar a importância da relação dependente estabelecida entre os diversos lugares. Dessa maneira é que os aspectos históricos e políticos da construção sócio-espacial dos lugares serão tratados no primeiro capítulo.

Esse estudo, no entanto, não abrange todas as questões referentes ao caso. Um outro dado, extremamente importante, é a posição do conjunto estudado em relação às demais cidades do Norte Minas. Isso ocorre porque uma das bases metodológicas deste trabalho é que toda cidade típica do sistema capitalista está inserida num conjunto produtivo mais amplo, ou seja, as localidades são interdependentes em função da especialização do trabalho, e coexistem em conjunto. Essa atuação, que é ao mesmo tempo fragmentada e dependente, é definida pela Geografia como redes urbanas.

Portanto, o objetivo da pesquisa é entender a transformação da rede urbana norte-mineira, a partir da estruturação e implementação de projetos desenvolvimentistas<sup>3</sup>, promovidos pelos governos federal e estadual na

---

<sup>3</sup> Este termo será clarificado no capítulo 1.

região. De uma maneira mais específica, analisaremos a mutação espacial urbana de Janaúba e Nova Porteirinha, que passaram de vilarejos a cidades de destaque na região.

O processo regional de urbanização articulada será esclarecido pela discussão da formação e desenvolvimento da rede urbana regional, na perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado. Essas redes são o suporte territorial do desenvolvimento, pois viabilizam e aceleram o fluxo de mercadorias, capitais e informação, promovido pela divisão territorial do trabalho.

A base metodológica da análise das redes urbanas se fundamentará na teoria das localidades centrais formulada por Walter Cristaller em 1933, bastante discutida por Roberto Lobato Corrêa entre outros, tratando-se de um quadro teórico sobre a diferenciação dos núcleos de povoamento, no que se refere à importância que apresentam enquanto lugares de distribuição de produtos e serviços, ou seja, enquanto localidades centrais. A pesquisa da evolução espacial urbana nos permite considerar o papel das cidades na dinâmica regional, principalmente as mudanças no modo de organização da produção que altera a rede de localidades centrais notadamente no que diz respeito à sua hierarquização.

A rede de localidades centrais constitui-se em uma estrutura territorial cuja análise possibilita a compreensão do sistema urbano de países não industrializados ou onde a industrialização se verifica espacialmente concentrada. (CORREA, 2001:32).

No caso brasileiro, o desenvolvimento urbano-industrial é concentrado principalmente nas regiões sul e sudeste, provocando uma cisão nas funções regionais. Esse recorte de especializações organizou as cidades para a funcionalidade do sistema produtivo moderno, no qual o nosso país se insere de forma dependente. Essa subordinação financeira e tecnológica levou à modificação do espaço nacional, transformando as relações interurbanas promovidas por suas interconexões que, por meio do fluxo existente, levam à interligação e à concentração espacial. SANTOS (1979) afirma que a relação ocorre a partir dos circuitos inferior e superior, classificando da seguinte forma:

O circuito superior é diretamente resultante da modernização tecnológica, enquanto o circuito inferior deriva, indiretamente, da citada modernização tecnológica, dirigindo-se aos indivíduos que pouco ou nada se beneficiaram com o progresso, ou seja, a existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. (SANTOS, 1979:132).

Esses circuitos são complementares, não estando isolados entre si, atuam na espacialidade urbana e nas relações sociais, de forma concomitante, existindo articulações de dependência que envolvem intercâmbios de insumo entre ambos. CORRÊA (1981) afirma que o circuito superior é constituído pelos bancos, comércio e indústria voltados para a exportação e, por sua vez, o circuito inferior é constituído por atividades que não utilizam capitais de modo intenso, possuindo uma organização primitiva: a fabricação de certos bens, certas formas de comércio e serviços atendendo, sobretudo, às classes pobres.

Podemos deduzir, então, que as cidades de Janaúba e Nova Porteirinha, inseridas na rede urbana norte mineira até a construção da Barragem Bico da Pedra, estavam apenas participando do circuito inferior, já que seu comércio era apenas de intercâmbio comercial entre os produtos rurais produzidos sem especialização tecnológica com o pequeno comércio local. Depois da implementação do projeto de irrigação, passam parcialmente a serem incluídas no circuito superior, através da fruticultura irrigada, atendendo ao mercado interno e externo. Assim, a questão da rede urbana regional e do posicionamento das cidades na mesma, serão discutidos de forma aprofundada no capítulo 2, pois essa análise esclarecerá a evolução urbana das cidades estudadas.

Sabendo-se dos fatores internos relacionados à lógica dos centros urbanos e das interferências externas vista, sobretudo, na perspectiva da intervenção estatal, é possível distinguir e detectar algumas conseqüências: a transformação levou as cidades ao desenvolvimento. Janaúba centraliza, atualmente, o comércio especializado da fruticultura, do comércio varejista,

além do atendimento médico-hospitalar da microrregião ao seu entorno, transformando-se em sub-pólo de prestação dos serviços terceirizados<sup>4</sup>; enquanto Nova Porteirinha passa a abrigar um projeto agrícola que apresenta grande dinamismo produtivo.

Essas cidades apresentam, na atualidade, economias altamente especializadas, com polarização de suas estruturas produtivas, levando a uma relação complementar baseada na distinção setorial. Essa diferenciação pode ser observada nas análises dos diferentes índices econômico-sociais, que demonstram a capacidade diferenciada de ambas as economias locais. No entanto, essa individualização leva as cidades à complementaridade em nível de serviços e de produção, formando assim um conjunto urbano/urbano e rural/urbano. A questão da especialização e diferenciação, bem como a relação comunitária, serão detalhadamente discutidas no capítulo 3.

Após o desenvolvimento desses estudos, poderemos analisar a questão do desenvolvimento nas cidades estudadas, que apresentam crescimento econômico sem a divisão equilibrada dos recursos. Isso ocorreu porque os benefícios gerados são para uma parte da população, majoritariamente os janaubenses<sup>5</sup>, ocorrendo uma expropriação da cultura local. Portanto, a divisão espacial é reflexo da divisão social imprimida pela história, sendo um movimento dialético entre a história dos espaços e a história das pessoas. Não podemos afirmar que o projeto gerou exclusão, pois esta já se verificava anteriormente na cultura do algodão, nos latifúndios da cultura pecuarista, que eram extremamente concentradores. O que ocorreu foi uma modificação na estrutura sócio-espacial, fazendo surgir novas elites, reorganizando a estrutura da cidade e a exclusão social.

À respeito da rede fruticultora que se institui na região, é preciso destacar que houve a reprodução do sistema capitalista, ampliando o modo de produção, mesmo que esse “modo” fosse sempre considerado atrasado em relação a área cõrea brasileira e que se transformou numa forma de reprodução desigual das classes sociais regionais. Constata-se isso pela atual existência de grandes produtores, inseridos no sistema da agricultura de

---

4 Serviços que exigem especialização como saúde (atendimento médico hospitalar) ou educação (formação técnica profissional).

5 Janaubenses são pessoas que vivem em Janaúba, mas que são de outras localidades.

grande escala com altos excedentes lucrativos, e os pequenos alvos iniciais dos projetos, à margem da economia dinâmica moderna. Essas elucidações, aparentemente óbvias, nos esclarecem as modificações desiguais do espaço que se constrói e que está se construindo nas duas cidades pesquisadas, e que serão melhor articuladas nas consideração finais.

## CAPÍTULO I

### ESTADO, DESENVOLVIMENTO E O PROJETO GORUTUBA

Como já foi dito nas reflexões introdutórias, o principal ator das transformações ocorridas nas cidades J/NP<sup>6</sup> foi o Estado, cuja atuação no direcionamento das políticas públicas implementadas, é um exemplo da relação estado e urbanização. A concepção de atuação se estrutura na questão do desenvolvimento, focalizado em seu aspecto econômico, através da dinamização produtiva da fruticultura. Esta atuação econômica, no entanto, é mascarada por uma propaganda social que atua revestida por um slogan inclusivo e combatente da desigualdade, criando uma imagem hipostasiada de desenvolvimento global. Este caráter dúbio vai permear a discussão da pesquisa, no sentido de que a evolução urbana de J/NP gerou desenvolvimento com desigualdade, sendo fruto do sistema econômico produtivo.

Uma vez que se aceite que a organização do espaço é um produto social que emerge da prática social deliberada, a questão já não é a de ele ser uma estrutura separada, com regras de construção e transformação independentes do contexto social mais amplo. (SOJA, 1993:102)

Assim, a promoção da urbanização ocorre devido as necessidades de ampliação do sistema capitalista. No entanto, essa situação não se estruturou de forma pontual e abrupta. Pelo contrário, se desenvolve de forma sistêmica e gradual, ocorrendo em alguns lugares e ao longo do tempo no espaço nortemineiro. Trataremos da trajetória sócio-espacial das cidades estudadas, por meio da análise da implementação de instrumentos estruturais necessários ao desenvolvimento e da relação dessa transformação com a região e o próprio país, traduzida principalmente na concepção política governamental que norteou o seu planejamento e, mais especificamente, a planificação urbana<sup>7</sup>.

---

6 J/NP significa conjunto urbano-rural Janaúba e Nova Porteira que são o objeto da pesquisa.

7 Este estudo foi feito por Lokjine (1981), que inspirado nas idéias de Castells expressou a idéia de planificação urbana, como o ordenamento espacial ocorrido nas cidades e que está 'a favor do capital, na p180 afirma: "planificação urbana é o conjunto de efeitos ideológicos e jurídicos sobre os agentes sociais (que concorrem para a urbanização) que têm nos documentos do urbanismo, e mais amplamente, o conjunto

Não se explica a questão urbana apenas sob a ótica da política urbana, pois o conjunto de normas e os mecanismos dispostos no processo possuem interferência sobre os resultados social e espacial; daí a extensão da planificação que expressa a idéia de transformação espacial relacionada ao sistema político-econômico.

O estudo da planificação urbana norte-mineira será desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica que visa demonstrar a função assumida pelo estado brasileiro, com ênfase na sua atuação na região através de órgãos desenvolvimentistas. Focaliza a implementação do projeto de irrigação na bacia do rio Gortuba que transformou a paisagem natural e social. A trajetória do espaço urbano-regional de Janaúba e de Nova Porteira modificou a sociedade local e regional, transformando a paisagem, mudando o papel econômico e político das cidades.

Escolhemos um corte temporal que se inicia na década de 50 e vai até os dias atuais, pois, é neste período, que a política desenvolvimentista se expressa de forma contundente. Para que se possa delinear este quadro histórico de forma mais completa é preciso, de forma breve, esclarecer o surgimento e evolução da concepção de desenvolvimento em um contexto regional e nacional ou, mais precisamente, a definição de desenvolvimentismo que se contrapunha ao mito do vazio regional.

A literatura sobre a atuação do Estado brasileiro e sua concepção de desenvolvimento é, de certa forma, ampla. Baseando-se nas teorias de autores como Celso Furtado e Amélia Conh, iremos conceituar a mudança do espaço de J/NP e os atores da transformação, demonstrando a modificação do quadro urbano-rural das cidades estudadas como resultado de uma política pública altamente modernizadora, excludente, adotada pelo Estado brasileiro principalmente à partir da década de 50.

Esclarecida a posição governamental e seus instrumentos de atuação, serão analisadas as causas da escolha da região norte-mineira como alvo de atuação. Esses motivos são sócio-espaciais por excelência e serão tratados, neste capítulo, como aspectos geopolíticos, no sentido de que a intervenção só

---

das opções espaciais- regulamentos de ocupação do solo e utilização espacial reagrupados sob o nome de planificação urbana.

ocorre mediante análise das diferentes possibilidades e que, nessa seleção, alguns lugares se mostram altamente potencializados, como os deste estudo de caso. Pretende-se esclarecer quais as causas da escolha de Janaúba e Nova Porteira como sedes do Projeto Gortuba.

Por fim, devido a essa nova estruturação, iremos analisar quais as conseqüências espaciais do projeto. No âmbito geopolítico, temos a emancipação das cidades de Nova Porteira, fato que impacta sobremaneira a administração territorial dos lugares envolvidos. Portanto, o objetivo principal desse capítulo, é esclarecer o posicionamento político adotado pelo Estado e as causas e conseqüências dessa atuação na região estudada.

### **1.1. O Estado e o vazio regional: o esquecimento governamental e o isolamento**

O objetivo dessa seção é demonstrar a transformação do conceito de desenvolvimento adotado pelos Estados Nacionais modernos, já que, no período anterior, a década de 50 era caracterizada como uma (não) atuação. Essa discussão visa demonstrar que a concepção de desenvolvimento do Estado brasileiro anterior à segunda guerra mundial era diferente, avaliando a influência do mesmo na realidade brasileira e, em especial, à norte mineira que, como veremos mais à frente, pode ser entendida como vazia.

RIST (1997) registra que o conceito de desenvolvimento, aliado ao de progresso, foi fundamentado na concepção positivista de August Comte, o qual postulou que, através da evolução científica e do crescimento econômico, a sociedade iria alcançar um estado positivo, ou seja, uma condição elevada ou mesmo evoluída. Esta concepção, além de revolucionar o pensamento da época, justificava as transformações econômicas que ocorriam naquele período histórico; a dinamização das bases produtivas capitalistas.

Assim, através da racionalização do pensamento, da divisão social do trabalho e da emergência dos Estados nacionais<sup>8</sup> como interventores da vida econômica e política da sociedade, surge a imagem vislumbrante do desenvolvimento, que levaria as nações ricas à prosperidade. É claro que,

---

<sup>8</sup> Base territorial, fundamentada na soberania, que estrutura a vigência dos países.

inicialmente, apenas as sociedades européias hegemônicas estariam neste patamar e as demais estariam em um estágio inferior, buscando almejar este objetivo maior.

Nesse período, o Brasil, que tinha como função internacional ser fornecedor de matéria-prima, estruturou sua organização interna em um nível intensamente primário, sendo visto como naturalmente atrasado, organizando-se de forma a atender somente a necessidade de matérias-primas das nações hegemônicas. Sua estruturação interna refletia essa imposição internacional. Daí a política de (não) atuação<sup>9</sup> representada, principalmente, pela falta de investimentos públicos em grandes espaços como o norte e o nordeste, devido principalmente à falta da aptidão dessas regiões ao modelo produtivo da época. É importante ressaltar que, apesar do aparente isolamento do centro, a região norte mineira já era habitada por grupos marginalizados, ou seja, os quilombolas e os índios que aqui se estabeleceram antes mesmo da chegada dos brancos. Portanto, a região não estava vazia, somente não oferecia vantagens à economia da época.

Essa inaptidão se deu pelas limitações, principalmente com o meio físico, como a irregularidade pluviométrica anual, que sempre concorreram para inibir a fixação humana na região. É importante lembrar que, neste período, havia uma limitação técnico-produtiva que impedia a ocupação comercial regional. A apropriação da coroa real sobre os povoados surge a partir da economia pecuarista, por meio de escassos pontos de apoio que foram sendo instalados ao longo do Vale do São Francisco. Esta ocupação se deu, predominantemente, pelo fortalecimento da relação da região com o Nordeste.

A articulação da economia norte mineira com o Nordeste vem desde o período colonial, como extensão da economia açucareira. O norte de Minas, antes pertencente à capitania da Bahia e Pernambuco, ofertava animais de tração e animais para alimentação da população do litoral. Posteriormente,

---

<sup>9</sup> Entendemos como (não)atuação o fato de que os governos centrais dedicavam-se como muito mais intensidade nas áreas centrais, como as capitais São Paulo, Rio de Janeiro. De fato admitimos que sempre houve uma política de ocupação nacional, que assegurou a formação do estado brasileiro, mas em algumas áreas como o norte-de-minas ou o sertão nordestino, esta política era altamente incipiente e arbitrária. Daí a classificação de não-atuação

também, para a população das “minas”. (RODRIGUES, 2000:117).

Como foi demonstrado acima, a economia norte-mineira era complementar à de outras regiões, ou seja, inicialmente à do nordeste e, depois, à região de Ouro Preto e Diamantina. A história de Janaúba está inserida nessa perspectiva regional, que atendeu às necessidades impostas de um quadro mais amplo da colonização nacional. A falta de qualificação natural da região aos propósitos do capital dominante, anterior à Segunda Guerra Mundial, levou, inicialmente, ao isolamento econômico e político e, posteriormente, a um atrelamento (junção) à dinâmica de outra região. Por isso, GONÇALVES (2000) afirma que a ocupação/apropriação da região norte-mineira deve ser entendida como parte do processo de expansão do colonialismo português; o norte de Minas fazia parte da Capitania da Bahia, sendo um entreposto comercial, principalmente pecuarista, entre as colônias do centro e do norte.

Esse comércio tinha como atividade principal a pecuária, feita pelos caminhos do sertão; nas estradas varadas pelos boiadeiros, com suas pousadas de descanso, medidas pelas distâncias das aguadas<sup>10</sup>, geralmente relativas a um dia de jornada. Nessas rancharias, os bebedouros eram ponto de encontro e descanso dos boiadeiros, dando origem, muitas vezes, a povoados e pequenos comércios. Alguns cresceram e acabaram ganhando status de vila, outros, por motivo de desvio de rotas ou falta de meios de sobrevivência, decaíram e desapareceram. Na linha comercial de Januária a Riacho dos Machados, que eram centros comerciais importantes, surgia a Gameleira<sup>11</sup> atual Janaúba, e o São José do Gorutuba<sup>12</sup>, atual Nova Porteirinha, que eram uma dessas paradas de descanso como pequenas vilas.

Além dos boiadeiros e tropeiros que ali passavam, havia na região dois grupos étnicos distintos mais antigos, que no decorrer da história acabaram se mesclando. A hipótese levantada é a de que os primeiros foram os índios tapuias, a quem se juntou um segundo grupo formado pelos quilombolas, negros fugidos de fazendas escravistas. Essa convivência/interação ainda não

---

<sup>10</sup> Lugares com água e sombra utilizadas para descanso.

<sup>11</sup> Recebeu este nome devido à presença de uma frondosa árvore de muita sombra.

foi estudada, mas tudo indica que esses grupos se miscigenaram originando os gorutubanos, que significa os que vivem no Rio Gorutuba<sup>13</sup>. Os aspectos antropológicos e sócio-culturais desse grupo merecem aprofundamento, mas isso não é objetivo dessa pesquisa. O importante é ressaltar que esses grupos étnicos antigos, presentes na margem do rio, foram, ao longo da história, dominados por grupos hegemônicos estrangeiros.

Por isso, historicamente, a pecuária extensiva, a agricultura e o extrativismo formam a estrutura básica da economia local. A agricultura era do tipo subsistência e limitada pelas restrições hídricas. O extrativismo oferecia boas alternativas para o suprimento das necessidades básicas, como o do conhecido pequi<sup>14</sup>, mas não se fortaleceu como atividade economicamente produtiva. A pecuária praticada nas grandes fazendas de corte se tornou a atividade principal da época, já que era a única economicamente rentável. Juntamente com as condições severas do clima, foi talvez a principal causa da baixa densidade demográfica e da frágil integração desse espaço ao processo de circulação comercial nacional. Baseados nessas premissas, CARDOSO (2000) afirma que a pecuária bovina tinha uma importância vital para a região, podendo até ser considerada sua própria razão de ser.

Essa atividade se ratifica como principal força econômica porque, numa perspectiva mais ampla, o quadro nacional que direcionou a ocupação territorial é, em um primeiro momento, o da cana-de-açúcar, que não foi cultivada pela falta de aptidão regional a esta cultura e, posteriormente, ao período minerador, que aqui também não se desenvolveu, pois a região não ofertava, de forma comercial, a matéria-prima básica, no caso, o minério de ouro. O que demonstra que a região não foi valorizada/ocupada pelas elites centrais e pelo Estado, servindo ao governo e aos grupos dominantes como

---

12 Devido a presença de uma capela dedicada a São José.

13 De acordo com Simeão Pires, em seu livro sobre uma lenda local chamada o padre e a bala de ouro, o nome Gorutuba pode ter duas origens. A primeira é defendida por Álvaro Dias que atribui a raiz etimológica a curuatuba: cururu que significa sapo. A segunda versão é de Teodoro Sampaio que argumenta que a palavra é corruptela de "cúru-tyba", seixal, pedregal ou rio dos seixos. As duas parecem ser verdadeiras, pois verifica-se a presença de ambos os significados; os sapos e as pedras.

14 Fruta exótica, de polpa de cor amarelo vibrante, com caroço espinhento e aroma incandescente, de alto valor nutritivo, riquíssimo em vitamina E.

região pecuarista, rota comercial norte-sul e às minorias, como os negros e os índios, como refúgio.

Percebemos, então, que esta região passou a ser vista por parte do governo nacional, como silêncio ou vazio, que não atendia aos interesses econômicos principais da época, mas que, há muito tempo, já era ocupada e, de certa forma, explorada.

Reconhece-se aqui um silêncio de graves conseqüências histórico-políticas, que é o de considerar a nossa história a partir da colonização portuguesa, ignorando-se toda a tradição das matrizes de racionalidade de outras populações que aqui existiram previamente à chegada dos invasores. Tal silêncio é responsável por grandes mitos como o de vazio demográfico. (GONÇALVES, 2000:20. Grifo nosso.)

Anteriormente, o sertão, que inclui a região norte-mineira, era tido como vazio. Havia, na região, um silêncio econômico que só era ouvido nos momentos drásticos, atendidos por uma política do tipo socorrista<sup>15</sup>, ou seja, não haviam incentivos a longo prazo. Atuavam órgãos como o IFCS<sup>16</sup> (1905), e o DNOCS<sup>17</sup> (1945), de forma a amenizar a impotência regional. Esse aparente desinteresse governamental, imprimiu na região um estado econômico paralelo aquém da dinâmica central, fazendo surgir uma cultura própria muito forte e, por outro lado, deixando-a fora da dinâmica nacional, promovendo um atraso econômico. Essa situação só veio a se modificar a partir da reorganização do papel das regiões na dinâmica nacional, e do papel brasileiro na DIT<sup>18</sup> internacional, tema que será abordado na próxima seção.

## **1.2. Estado desenvolvimentista e a reorganização espacial**

A política regional das décadas de 50/60 é voltada para reduzir os chamados desequilíbrios regionais e essas áreas eram principalmente o norte e o nordeste. A partir desse momento, essas regiões passam a receber grandes investimentos. Essa reestruturação não é autônoma e visa alinhar o país a uma

---

<sup>15</sup> Política imediatista, que atua somente nas conseqüências e não nas causas.

<sup>16</sup> Inspetoria de obras contra a seca.

<sup>17</sup> Departamento de obras contra a seca.

<sup>18</sup> Divisão internacional do trabalho

política internacional em transformação. E, nesse sentido, a região norte mineira passa a exercer uma nova função no quadro econômico nacional.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o surgimento de novos países polarizadores como os Estados Unidos, o princípio do desenvolvimento que se impõe aos governos de todas as nações mundiais, se modifica através de uma forte pressão nacional e internacional. Em função do avanço capitalista, era preciso expandir o mercado consumidor e fazer surgir novas potências, aumentando ainda mais a diferença entre os países, que como o Brasil lutou para atingir a evolução econômica e sair da condição de periférico.

JARAMILO et CUERVO (1990), argumentam que

após a II guerra Mundial a antiga lógica será modificada de maneira drástica pelo aparecimento de novos fenômenos muito relevantes ao nível da rede geral de relações sociais, entre os quais destacaríamos a consolidação da grande empresa multinacional como protagonista da acumulação, a penetração do grande capital monopolista em esferas das quais se encontrava ausente, e a emergência do estado como agente decisivo nos processos de acumulação de capital e de reprodução da força de trabalho, o decisivo crescimento quantitativo, a mudança técnica dos meios de transporte e comunicação etc. (JARAMILLO et CUERVO, 1990:107. Grifo nosso)

Como afirmam os autores citados acima, o capital nacional se ampliou por meio de investimentos privados, como as multinacionais, e públicos, como as estatais, para que ocorresse o desenvolvimento e a expansão do sistema produtivo internacional, por meio de investimentos diretos que promoveram um processo de industrialização substitutiva. Essa industrialização dependente levou os países à modernização e, no caso brasileiro, também à integração regional, promovendo o crescimento econômico orientado externamente, dando-lhe um caráter continental. A mudança de concepção sobre o desenvolvimento atinge vários Estados do mundo, inclusive os latino-americanos.

De acordo com os economistas da CEPAL<sup>19</sup>, berço do pensamento econômico da América Latina, na busca pelo progresso e desenvolvimento, as

---

<sup>19</sup> Furtado em uma entrevista cedida a BIDERMAN (1996:12) destaca, “que as nações subdesenvolvidas como o Brasil adotaram esta concepção dominante de desenvolvimento como crescimento econômico, que só

nações periféricas como o Brasil passaram a implementar políticas internas de reordenação espacial, exploração de matérias-primas e de uma industrialização do tipo substituição de importação que promoveram, na realidade, um desenvolvimento econômico social desigual.

FURTADO (1981), que foi integrante da CEPAL, explica que o capitalismo da periferia engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração de renda, a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêntricos. Ou seja, a industrialização ou modernização vem provocando um crescimento econômico que impede a autonomia, já que é dependente, levando a uma crescente concentração.

Esse sistema que privilegia a reprodução do capital e a obtenção de lucros leva a perspectiva do desenvolvimento ao âmbito do crescimento econômico, buscando um aumento incessante da produção; gerando o fato de que, hoje, o processo de desenvolvimento desigual apresenta-se em contornos mais nítidos em todas as escalas espaciais do que em qualquer outro período anterior.

SMITH (1998) argumenta que, inerente à produção global do espaço relativo que produz a diferenciação, existe uma tendência para a igualização das condições de produção e do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Essa aniquilação do espaço pelo tempo é o resultado final, ainda que nunca totalmente realizado, dessa tendência, prevalecendo um padrão produtivo global que deve ser padronizado, a fim de possibilitar o fluxo de mercadorias nos níveis mais elevados, no entanto, sem ser distributivo. Para esse autor, em constante oposição à tendência da diferenciação, a tendência da igualização e a contradição resultante são fatores determinantes mais concretos do desenvolvimento desigual. (SMITH, 1998: 6)

Isso nos leva a afirmar, que no processo de desenvolvimento, existem homogeneidades e heterogeneidades. O caso brasileiro é uma confirmação dessa teoria, já que podemos, através da análise dos diferentes planos de desenvolvimento implementados em nosso país, observar que, em certos

---

começou ser modificada à partir da criação da CEPAL (Centro de estudos políticos e econômicos da América Latina), passando a representar uma escola de pensamento do terceiro mundo, independente da dominação americana, que tinha suas bases teóricas na teoria de centro-periferia de Pribsch, que percebeu

setores produtivos, têm-se alcançado o nível tecnológico internacional como o agronegócio: produção de soja, carnes e mesmo da fruticultura. No entanto, os benefícios não são para toda população, ratificando a concepção do desenvolvimento desigual e combinado.

A expansão imperialista e o monopólio empresarial não eliminaram, sozinhos, o conflito de classes e a crise econômica. SOJA (1993) destaca que o que se iniciou, na primeira parte do século, foi um acelerado desenvolvimento, em resposta à grande depressão e à Segunda Guerra Mundial. Como resultado de outra rodada de estruturação, o capital financeiro tornou-se ainda mais significativo na moldagem do espaço urbano, em conjugação não apenas com o capital industrial mas, também, cada vez mais, com um outro agente de regulação e de reestruturação espacial, o Estado. Essa coalizão entre o capital e o Estado funcionou eficazmente, replanejando a cidade como uma máquina de consumo. (SOJA, 1993:126)

Tal afirmação ratifica a idéia de crescimento econômico controlado, que por meio de uma máquina estatal de investimento faz, por um lado, implantação de grandes projetos industriais e agropecuários e, por outro, através da participação das grandes empresas, promove a difusão e a inserção de um novo produto nos novos centros urbanos. Neste estudo de caso, detectou-se que a atividade estimulada foi a fruticultura. Percebeu-se o Estado participando do controle qualitativo e quantitativo da produção, promovendo uma interlocução, principalmente com os mercados centrais. Isso ocorreu via reestruturação do planejamento regional, do campo e da cidade.

Esse desenvolvimento comandado pelo Estado, é que dinamizou vários setores produtivos, levando o conjunto J/NP à transformações espaciais, gerando um crescimento urbano expressivo, um processo migracional forte, além de modificar a estrutura política da micro-região; levando-nos a afirmar que o projeto impactou de forma intensa a organização espacial. Sobre tais resultados verificados também em outras regiões, CORRÊA (1998) explica que os investimentos realizados têm um forte impacto sobre o campo e as cidades menores. Primeiramente, criam novas especializações produtivas rurais e urbanas. No que se refere às cidades, os investimentos acabam

---

a diferença de comportamento entre o ciclo econômico de países exportadores de matéria-prima dos países

alterando a inserção delas na rede urbana. Por outro lado, o campo é reestruturado, sendo afetados a estrutura fundiária, as relações de produção, os sistemas agrícolas, a pauta dos produtos cultivados, o habitat rural e a paisagem agrária, que tende a se tornar vazia de homens.

Portanto, a política pública implementada na região norte mineira, que modificou sua estrutura espacial, é delimitada externamente. Os governos nacionais posicionaram-se na corrida desenvolvimentista e, apesar de promoverem uma certa evolução sócio-econômica, fundamentaram, por outro lado, uma grande diferenciação social, o que levou ao desenvolvimento de novas estruturas produtivas, que propiciaram o crescimento econômico para uma parte da população.

### **1.3 Integração regional, a SUDENE e o Projeto Gorutuba**

Devido a essa nova situação, surgiu a necessidade de se repensar o posicionamento da região norte-mineira no quadro nacional, pois a mesma era distinta da área c6rea do pa6s. Isso ocorria porque, no planejamento governamental anterior a 50, o norte de Minas pertencia oficialmente ao Sudeste, mas sua din6mica econ6mica n6o era correspondente. Com a mudan7a de vis6o ocupacional, as 6reas-problemas passaram a receber recursos, o que promoveu uma mudan7a na posi76o da regi6o no quadro pol6tico-administrativo nacional.

Na conjuntura desenvolvimentista, a regi6o norte-mineira foi sendo estruturada, tanto em n6vel industrial como agr6cola, para sua inser76o no processo de moderniza76o nacional. Esse fato levou-a a ser inclu6da na regi6o nordeste, recebendo grandes projetos de irriga76o. Essas obras levaram a uma reconfigura76o espacial e ao surgimento de uma nova estrutura social, com novos atores, transformando a velha ordem, a rede urbana e acelerando o processo de urbaniza76o.

6 claro que essa transforma76o responde a uma perspectiva mais ampla do quadro nacional; tanto que autores como BRAND6O (1997) afirmam que, no final dos anos 60 e in6cio dos anos 70, esgotam-se as 6reas aproveit6veis

dos estabelecimentos agrícolas das regiões Sul e, no final de 70, da região sudeste, ocorrendo no campo as instalações de infra-estrutura e agricultura. Isso levou a uma expansão de áreas agrícolas e industriais para outras regiões do país, preferencialmente às do norte e nordeste, já que estas eram as áreas consideradas reservas no contexto nacional.

Essas áreas reservas, norte e nordeste, receberam vários investimentos via órgãos governamentais. Nesse contexto, em 1959 é criada a SUDENE<sup>20</sup>, órgão bastante atuante. COHN (1978:32) afirma que estes órgãos desenvolvimentistas são criados não somente para atender às necessidades da seca, mas para incluir a região no processo histórico de industrialização.

Ou seja, em função da necessidade de ampliação mercadológica, ocorre a inclusão territorial ao sistema produtivo. O caso norte-mineiro inclui-se nessa análise, já que o mesmo faz parte da região nordestina que recebe grandes somas para investimento. Segundo OLIVEIRA (2000) o norte de Minas passou a fazer parte da SUDENE oficialmente em 1963, como consequência da inclusão da região no Polígono das Secas, fato que ocorreu em 1946<sup>21</sup>. Quando a SUDENE foi criada em 1969 (Lei Federal 3692), seu espaço de atuação foi definido como o nordeste brasileiro e a Área Mineira do Polígono da Secas (AMPS)<sup>22</sup>.

Desencadeou-se, sob o comando do Estado, um processo de preparação de infra-estrutura da região, de forma a provê-la das condições necessárias para receber os novos capitais. Assim, a década de 60 pode ser considerada como um período de transição, no qual foram criadas as condições básicas para que o norte de Minas passasse, paulatinamente, a experimentar uma nova realidade econômica. RODRIGUES registra que

a SUDENE, criada em 1959, representou um esforço do Governo Federal no sentido de agir concertadamente na região Nordeste e no Norte de Minas, com vistas ao desenvolvimento.

---

20 Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

21 Marcos Fábio Martins de Oliveira (2000:44) Essa inserção da região no Polígono ocorre devido a interferência do Deputado Federal Vasconcelos Costa, junto ao presidente Dutra, o que foi considerado negativo por parte de outras regiões (principalmente Jequitinhonha), já que a caracterização como região da seca poderia desvalorizar as propriedades rurais

22 Para a Sudene, o nordeste foi entendido também como englobando os Estados de Sergipe e Bahia, que fizeram parte da região Leste/IBGE até 1969. Anteriormente, o Banco do Nordeste (BNB) já havia estabelecido sua área de atuação em função do polígono das Secas, de certa forma a região mineira também poderia usufruir dos empréstimos da entidade.

Ela teria um duplo objetivo: coordenar a ação do governo Federal e administrar os recursos transferidos para a região. (RODRIGUES, 2000:119).

Através da análise dos projetos de irrigação, como o projeto Gorutuba, verificamos esta dupla tendência. A SUDENE, através de estudos, verifica a possibilidade da implantação do projeto, já que a região apresenta uma deficiência hídrica para produção capitalista em escala, necessitando de um pacote tecnológico que inclui a irrigação, a utilização de insumos agrícolas como sementes modificadas geneticamente, a assistência técnica e o uso de agrotóxicos.

Para CARDOSO (2000), de forma geral, pode-se ilustrar a atuação do Estado na região norte de Minas, listando as formas mais importantes de intervenção para viabilizar a entrada de capitais extra-regionais. Estas são:

- A) Criação de programas e projetos, principalmente nos setores agropecuários e industriais, sustentados por políticas de incentivos fiscais e financeiros.
- B) Criação de infra-estrutura básica e econômica, bem como de uma rede de serviços sociais, tais como: estradas, campos de pouso, centrais de comunicação, obras nos setores de saúde e educação, energia elétrica, saneamento básico, dentre outras. (CARDOSO, 2000:232)

Nessa perspectiva metodológica, podemos analisar os projetos Jaíba e o Gorutuba, coordenados pela SUDENE, como desenvolvimentistas, no sentido de que são criados para a viabilização de produção em escala por meio de uma infra-estrutura básica, no caso, a irrigação. Esse crescimento não é homogêneo nem no espaço e nem na sociedade, gerando, portanto um certo nível de exclusão, que pode ser mais ou menos acentuada de acordo com as condições de produção.

Uma proposta de análise importante desse fato é feita por KLIKSBURG (2001) que observa que, tanto em termos de países, como no interior deles, há aqueles que se beneficiam consideravelmente dos novos desenvolvimentos, que estão ativamente incluídos nos mesmos e, por outro lado, há setores muito importantes que ficaram à margem, que em diversos casos foram golpeados em seus modos de sobrevivência e equilíbrio tradicionais e que pertencem ao vasto campo dos excluídos.

A década de 60 representou, então, para a agricultura brasileira, um período de intensas mudanças. O Estado brasileiro passou a investir diretamente no setor rural e expandiu as fronteiras agrícolas mediante a incorporação de novas áreas agricultáveis ao processo de produção. Assim, promoveu também, por intermédio de um conjunto de políticas e programas, a disseminação de novas tecnologias no campo. A estratégia adotada pelo governo naquele contexto, teve como objetivo explícito a transformação da agricultura tradicional em moderna, através de adoção de novos insumos e novas técnicas, capazes de proporcionar maiores rendimentos e, conseqüentemente, maior renda para o setor agrícola.

Nesse sentido, o Estado, principal articulador desse processo, implementou um conjunto de diferentes políticas agrícolas, buscando incentivar a modernização do setor, imbuídos de uma concepção de desenvolvimento rural que articulava a agricultura à indústria de insumos de mecanização e de sementes melhoradas geneticamente. Diante disso, são concebidas as políticas de desenvolvimento rural com incentivo à agricultura irrigada. É nesse contexto que o projeto Gorutuba, assim como o Jaíba e o Cotia, são concebidos<sup>23</sup>.

No projeto Gorutuba, essa situação é verificada de forma menos intensa, principalmente se observarmos o fato de que, através deste projeto de irrigação, formou-se nas cidades foco desse estudo uma estrutura econômica estável, que favoreceu os colonos mais bem preparados e, por outro lado, fez com que o rio deixasse de ser intermitente e passasse a ser perene. Portanto, o projeto gerou crescimento econômico, que é usufruído por uma parte considerável da população, mas não promoveu o desenvolvimento global.

Enfim, a criação de órgãos como a SUDENE, que tem como objetivo a promoção de políticas que visam a melhoria das condições de vida da população, através de projetos em diferentes áreas como agricultura, educação e outros, acaba por piorar ainda mais o quadro social regional.

É por isso que FURTADO (1996), mentor desse órgão, declarou que

---

23 Moraes (1999) em seu estudo sobre o Jaíba na página 15 explica: “ é correto afirmar que os grandes projetos públicos de irrigação não geraram e não têm gerado os efeitos sócio-econômicos esperados, com o agravante de terem contribuído para a proliferação das desigualdades no meio rural além de degradações ambientais.

a SUDENE foi uma tentativa de abordagem nova dos problemas do nordeste, principalmente no plano social, mas que esta abordagem foi anulada, ou seja, no plano econômico deu frutos, mas no social não houve avanço já que, segundo o autor, os projetos de irrigação do São Francisco, hoje é uma maravilha, mas emprega menos pessoas, pois a sociedade não avança, avança a economia. (FURTADO, 1996:9).

Pode-se concluir que, apesar da propaganda social, o modelo desenvolvimentista impulsionou muito mais o crescimento econômico do que o desenvolvimento social. Na realidade, a modernização imprime a dinâmica do mercado, fazendo multiplicar a circulação do capital, mas esta se mantém concentrada. Não podendo deixar de destacar que a modernização modifica a estrutura espacial. No norte de Minas, ocorreu em grande parte através da estruturação agrária, por meio da irrigação e, também, da concentração urbana representada pela monopolização das atividades terciárias.

#### **1.4. A geopolítica de implantação dos projetos de irrigação na região**

O espaço geográfico é o espaço da política, apesar de que, na maioria das discussões, esses dois conceitos não são abordados conjuntamente. No entanto, essa relação serve como ponto de partida para discussão dos significados dos conteúdos políticos e das mediações dos conteúdos espaciais no fazer político. Pode-se afirmar que

que a discussão da inseparabilidade entre o espaço e a política refere-se, portanto, à questão da violência fundadora das relações sociais e a necessidade de formas institucionais e de recortes territoriais para seu controle. (CASTRO, 1997:163).

O poder político só pode exercer suas funções em um determinado lugar ou, mais precisamente, em um território, na medida em que exerce e permite o controle autárquico de uma determinada região. Esta “autonomia” é relativa em relação a outras instâncias de poder mais fortes e centralizadas; no caso, a submissão regional à dinâmica nacional, ou do poder federal em

relação aos Estados mais fortalecidos da economia internacional. Isso revela o fato de que toda atividade econômica, estimulada pelo poder público, é controlada espacialmente.

Desta forma é que BECKER (2005), refletindo sobre o espaço e as redes tecnológicas, afirma que a nova tecnologia espacial do poder estatal está gerindo e produzindo um espaço racional. É um espaço social, no sentido de que é conjunto de ligações, conexões, comunicações, redes e circuitos e também o espaço político, com características próprias. Ele tende a controlar os fluxos e estoques econômicos, produzindo uma malha de duplo controle, técnico e político, que impõe uma ordem espacial vinculada a uma prática e a uma concepção do espaço global.

Assim, por meio da lógica instrumental da acumulação<sup>24</sup> promovida pelo Estado, o norte de Minas vai se inserir na dinâmica produtivista moderna. A pesquisa sobre a região retratou como ocorre a integração ao quadro nacional central, deixando de ser o vazio para ser a esperança. Esse “milagre” vivido a partir dos anos 50 possui causas mais complexas do que a simples vontade de desenvolver uma área tida como problema. Se o Brasil está se industrializando, é preciso, então, expandir o mercado consumidor que, em algumas regiões era estanco, além de incluir novas áreas no processo de modernização, o que levaria ao crescimento. Tratava-se também de uma política territorial.

Esse modelo desenvolvimentista permitiu explorar e produzir novos produtos, abrangendo, também, nosso jovem e carente mercado nacional. Tal modelo, numa perspectiva geopolítica, retrata a tentativa nacional de expandir as fronteiras comerciais brasileiras, além de aumentar a nossa capacidade produtiva que, no caso do Nordeste, se refere sobremaneira aos bens primários, mas também beneficiados. Daí a presença, na região, de grandes projetos de incentivo à indústria e, principalmente, à agricultura de mercado, o que levou a inserção da economia brasileira à dinâmica internacional e à uma reapropriação do espaço nacional.

---

<sup>24</sup> Esta lógica se refere ao conjunto de instrumentos de infra-estrutura básica, como rodovias, ferrovias, energia elétrica e outros, que são de responsabilidades estatais.

Sobre a relação dos estados e os mercados mundiais, VLASH (2005) faz uma importante observação: o Estado-nação<sup>25</sup> foi um dos primeiros a promover o desenvolvimento das redes econômicas, de maneira que ele há algum tempo, é um dos agentes da mundialização. E não se trata de um agente qualquer: trata-se do agente que define as condições de implantação da empresas aqui e acolá, ou estabelece os termos de concorrência internacional. Essa reflexão trata dos Estados maiores, ou seja, os Estados-nações mundiais, mas pode ser feita também uma analogia com a geopolítica interna das federações, já que as principais características são mantidas: o controle territorial e o incentivo a determinado modo produtivo e certos locais.

Isso nos leva a afirmar que internamente, os diferentes níveis de poder estadual e municipal também se organizaram para receber o capital internacional, de modo a dinamizar o sistema produtivo, mas também, e aí está o ponto chave da questão: o de alocar mais recursos para seu território. O que significa dizer que as cidades, assim como os estados brasileiros, se organizaram para o crescimento, a fim de alcançarem o desejado desenvolvimento.

Tais medidas levaram à modernização regional, apontando para um determinante extremamente importante do processo da transformação espacial, ou seja, a inserção da região era orientada para o centro pulsante do nosso país. De acordo com GUIMARÃES & CASTRO (1990)

o processo de modernização nordestina não pode ter-se constituído em função única e imediata do volume de sua população, muito menos no nível de renda desta. Parece claro que o motor fundamental encontrava-se na resolução das dificuldades de um processo de acumulação de capital, que tinha seu epicentro em São Paulo. (GUIMARÃES & CASTRO, 1990:152)

Essa afirmação reforça a idéia de uma orientação econômica externa, que visava atender as necessidades da área c6rea brasileira. Era preciso incluir 6reas que pudessem corresponder mais facilmente e com mais rapidez 6s

---

25 Estado-nação é a denominação geopolítica de país. No qual possui três elementos básicos um povo, o território e soberania.

expectativas do mercado e, nesse sentido, o norte de Minas apresenta três grandes fatores favoráveis:

- A) proximidade do mercado central, principalmente através do eixo de Belo Horizonte;
- B) apesar do clima rígido com presença de secas, apresenta uma potencialidade ótima para o modelo fruticultor, com certa disponibilidade hídrica e relevos planos;
- C) necessidade social de se reformular o sistema fundiário da região.

Essa possível aptidão apresentada é também verificada por ALMEIDA (1999) que afirma que o espaço norte-mineiro se encontra inserido no Nordeste, a despeito de se caracterizar como uma região de transição entre o Sudeste e o Nordeste. Por possuir características ambientais semelhantes ao Nordeste, essa parte da região Sudeste está incluída no Polígono da Seca.

Essa inclusão levou o governo a conceber uma ação integralista da região. Através da reorganização do espaço norte-mineiro, investiu-se na indústria, principalmente na agricultura ou, melhor dizendo, no agronegócio, com a implementação de diversos projetos. E é por isso que, em 1967, o governo criou a SUVALE (Superintendência do Vale do Rio São Francisco) que atuava na execução dos projetos, juntamente com a SUDENE que tinha por função supervisionar e coordenar e, em 1974, a criação da CODEVASF<sup>26</sup>, com uma característica mais técnica e voltada para os recursos hídricos.

ALMEIDA (1999) destaca que

procurando dar um caráter mais capitalista aos empreendimentos implantados no Vale, através de projetos de irrigação, a CODEVASF intervém no norte de Minas com três projetos expressivos: Cotia em Pirapora, Gorutuba em Janaúba e Porteirinha e o Jaíba nos municípios de Jaíba e Matias Cardoso. (ALMEIDA, 1999:12)

Para desenvolver economicamente a região, esse órgão implementa três projetos de dimensões diferenciadas. O Jaíba é o maior da América Latina, enquanto que os projetos Gorutuba e o de Pirapora são de médio porte, retratando o interesse do desenvolvimento da fruticultura irrigada na região. São implantados aqui pois, além da localização estratégica com proximidade

do mercado central, possuem também ambiente bastante propício, ou seja, detinham a proximidade locacional e aptidão agrícola, investindo-se na formação de um corredor produtivo, que tem a cidade e o processo de urbanização como ferramentas fundamentais para o seu desenvolvimento.

Essa clarificação dos objetivos da instalação dos projetos de irrigação na região é de extrema importância para o entendimento da modificação urbana do nosso estudo de caso. Se as razões da escolha do norte de Minas foram clarificadas acima, far-se-á, também, necessário esclarecer as razões da escolha de Janaúba e Porteira para o projeto Gorutuba:

os lugares se distinguem pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, tradição). Essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não a um produto qualquer. (SANTOS, 2002:147-148. Grifos no original).

As cidades estudadas apresentavam, portanto, aspectos importantes para o desenvolvimento do agronegócio, por meio da fruticultura irrigada:

- A) infra-estrutura pré-existente, representada principalmente pela ferrovia;
- B) a proximidade com as áreas do Jaíba, fundamentando a idéia da formação de uma rede produtiva ou corredor da fruticultura;
- C) a presença, na região, de uma geomorfologia<sup>27</sup> favorável à construção da barragem;
- D) presença de solos férteis, com aptidão agrícola.

A infra-estrutura já instalada, referente basicamente à ferrovia, se comparada ao quadro nordestino mais drástico, era de certa forma satisfatória, juntando-se ao fato da possibilidade de altos rendimentos no setor agrícola, ratificada pela produção do Jaíba, por meio da fruticultura tecnificada. Soma-se aí a questão de que, na perspectiva técnica e natural, o relevo é propício e

---

26 Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

27 Geomorfologia é a ciência que estuda as formas do relevo, caracterizando, classificando e analisando as diferentes estruturas do relevo, dando ênfase ao aspecto formal ou dos diferentes tipos de superfície, no

os solos produtivos. Todos esses fatores levaram a escolha da cidade de Janaúba e do povoado de São José do Gorutuba, como território-sede do Projeto Gorutuba.

Os investimentos estatais são de grandes somas, sendo que o capital externo representa o maior volume. Tal fato ocorre porque a demanda de consumo é crescente, devido ao mercado consumidor em expansão. O lugar passa a ser definido como foco de investimento nacional. RODRIGUES (2000) faz uma comparação entre os diferentes municípios em relação aos investimentos governamentais na região concluindo que, dos investimentos realizados, dez municípios receberam 82% dos recursos, enquanto vinte e seis receberam apenas 1%, classificando-os na seguinte tabela:

**Tabela 1: Ranking de investimentos governamentais no Norte de Minas**

<b>Ranking em investimentos</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>VALOR ABSOLUTO (us\$)</b>	<b>VALOR RELATIVO (%)</b>
1º	Manga	32.014.624,52	16,54
2º	Janaúba	26.145.716,18	13,51
3º	Montes Claros	25.671.414,05	13,26
4º	Buritizeiro	15.734.977,89	8,13
5º	Januária	12.903.803,09	6,67
6º	Pirapora	11.953.039,56	6,17
7º	Varzelândia	9.383.721,12	4,85
8º	Monte Azul	9.142.590,17	4,72
9º	Porteirinha	5.234.961,34	2,70

Fonte: É retirado da tabela elaborada por Rodrigues (2000:168) que baseou o valor dos investimentos totais em dólares em estudos obtidos na SUDENOR e EMATER-MG.

Observa-se que a cidade de Janaúba é a segunda e Porteirinha é a nona, ambas representando um volume de investimentos na ordem de 16,21% depositados para o Projeto Gorutuba que foi instalado em ambas as cidades. Esse fato retrata o interesse do governo nacional em dinamizar a economia regional, com vistas a modernizar o sistema produtivo, de maneira a atender a necessidade da nova divisão internacional do trabalho. Portanto, a escolha da região como pólo de desenvolvimento, ocorreu por motivos claros como as vantagens locais e apropriação ótima do espaço ao mercado.

---

caso da barragem Bico da Pedra as condições eram extremamente favoráveis necessitando de barramento em apenas um ponto, caso não muito comum na construção de barragens.

### **1.4.1. Projeto Gorutuba e as transformações espaciais e políticas**

Com o início da instalação do projeto em 1978, a mudança começou a acontecer. Politicamente, o projeto transformou a divisão territorial das cidades. As áreas irrigadas foram instaladas em Janaúba (cerca de 10%), e principalmente na Vila de Porteirinha (com cerca de 90%), denominada São José do Gorutuba, ambas localizadas às margens do Rio Gorutuba. Isso significa que o projeto estava praticamente todo implantado na margem esquerda do rio, ou seja, na pequena comunidade. Devido a essa dinamização econômica que o local passou a experimentar, em 1989 a vila é elevada a categoria de distrito Nova Porteirinha.

Pertencente à cidade de Porteirinha, que situa-se a 35 Km de Janaúba, esse novo distrito começa a se desenvolver mais do que a própria sede que, nesse mesmo período, passa por uma estagnação do crescimento econômico, já que sua base produtiva era fundamentada na cultura do algodão que estava em baixa no mercado. Esses fatos levaram o município de Nova Porteirinha à emancipação política em 1995, o que significou, num primeiro momento, o enfraquecimento político-econômico da cidade de Porteirinha, que estava ligada à economia algodoeira já decadente. E, num segundo momento, refletiu o oportunismo e o fortalecimento econômico de um grupo político local, dissidente da sede Porteirinha e, principalmente, da conurbada cidade de Janaúba, que possuía um certo suporte urbano.

Essas condições culminaram no movimento de emancipação que possuía basicamente dois propósitos. O primeiro deles era de se tornar independente de uma sede distante geograficamente, fato que dificultava bastante a articulação política. E em um segundo momento, diferenciar de Janaúba, pois a mesma estava crescendo e se fortalecendo e apresentava interesse em anexar esse território valioso, devido ao projeto, à sua jurisdição. Isso ocorre porque praticamente todas as instituições públicas como bancos, hospitais e escolas se localizam na cidade primaz. Assim, para a população janaubense, Nova Porteirinha deveria ser um bairro de Janaúba.

Tais idéias podem ser percebidas no pronunciamento<sup>28</sup> de pessoas da cidade, como o primeiro prefeito de Nova Porteirinha, José Mendes Neto, que questionado sobre as pessoas que participaram do movimento de emancipação respondeu: “...iniciou com o movimento do vereador Raul Alves da Rocha, tendo todo apoio do ex-prefeito de Porteirinha José Bonitinho. Diante disso aí várias pessoas se envolveram, assim como eu também me envolvi... mas, na verdade, toda comunidade envolveu nesse processo de emancipação, mas quem iniciou tudo foi o vereador Raul”.

Em relação aos motivos pelos quais foi feito o movimento, o entrevistado afirmou que: “na verdade entra vários motivos. Entra o motivo político em emancipações, mas o principal é que Nova Porteirinha estava a 35 Km de Porteirinha, então tinha uma dificuldade de Porteirinha administrar Nova Porteirinha, e ela estar ao lado de Janaúba tinha muita influência também. Em Janaúba, até surgiu comentário de Nova Porteirinha ser bairro de Janaúba, a população de lá não aceitava, esse comentário não soou muito bem, e aí se iniciou esse trabalho de emancipação...”

Quando perguntado sobre a influência do projeto Gorutuba neste processo, declarou: “...no processo de emancipação teve, sim, também direta, apesar da represa ser construída há muitos anos, e o projeto também há muitos anos, mas teve uma influência direta porque a base da economia de Nova Porteirinha é a irrigação, então a base dela é o projeto...”

Essa entrevista aponta para o fato de que parte da população de Nova Porteirinha tinha interesses políticos mais autônomos que culminaram na clivagem administrativa, apesar do movimento ter sido liderado por um representante institucional. Esses interesses são administrativos e também econômicos, o que refletiu na formação de uma nova territorialidade, levando à formação de mais um município. Isso nos leva a caracterizar essa categoria de administração pública como mais um desdobramento da definição do território e este refere-se à apropriação do espaço pelo poder, ou seja, essa emancipação representa, em última instância, o redirecionamento da soberania e da legitimidade de um determinado lugar.

---

28 JOSÈ MENDES NETO. Emancipação de Nova Porteirinha. Entrevistador: Vivian Mendes Hermano.

o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. O poder não carece de justificativas, já que seria inerente ‘a existência de qualquer comunidade política; no entanto, demanda legitimidade. (SOUZA, 2000:78. Grifo nosso.)

A análise dessa citação aponta que, todo grupo ou comunidade que detém o poder, necessita de sua base territorial como lócus de dominação. Assim é que a cidade se originou, a partir de uma administração política própria, mas dependente de Janaúba, no sentido da infra-estrutura social. Esse fato ratifica a idéia de que o movimento municipalista novaporteirinhense retrata, de um lado, a legitimação política de um grupo mas, por outro, o interesse pela alocação de verbas estaduais e federais, num sentido de captação de recursos já que, para se transformar em cidade, não é obrigatória a presença dos instrumentos públicos básicos, como ocorre neste estudo de caso: Nova Porteirinha é um município sem bancos, sem hospitais, entre outros elementos necessários para sua infra-estrutura.

GOTTMAN afirma que

o fenômeno político do municipalismo é uma bandeira empunhada por vários políticos e partidos, mas que não é articulado a uma proposta teórica embasada em estudos sistemáticos, mas sim em oportunismos das elites econômicas. (GOTTMAN, 1988:16)

Como afirmou o autor, o movimento de independência política retrata muito mais uma exploração econômica do que uma ideologia própria. É o caso de Nova Porteirinha, que se emancipou a partir da dinamização dos recursos estaduais e federais para a localidade. Veja que a tabela abaixo expressa a renda municipal da cidade, com a representação das transferências correntes<sup>29</sup>, que são verbas estaduais e federais de repasse aos municípios. Nessa tabela, verifica-se que esses recursos são suporte da arrecadação municipal, com crescente crescimento desde o momento de sua emancipação, corroborando

---

Janaúba: Drogaria Janaúba, 12 fev, 2006. Entrevista cedida a autora deste trabalho.

29 Representado principalmente pelo repasse orçamentário federal FMP (Fundo de participação dos municípios e pela quota parte dos municípios sobre a circulação de mercadorias e serviços, no caso de transferências municipais.

com a hipótese de que houve também interesses econômicos em seu processo de independência:

**Tabela 2: Arrecadação municipal de Nova Porteira 1997-2002**

<b>ANOS</b>	<b>ICMS</b>	<b>TRANSFERENCIAS CORRENTES</b>	<b>TOTAL</b>
1997	117.007	15.423	132.430
1998	224.301	61.653	285.954
1999	493.626	103.421	597.049
2000	563.804	125.968	689.772
2001	580.513	200.774	781.287
2002	621.936	170.209	792.154

Fonte: Secretaria da Fazenda

Portanto, o Projeto Gorutuba transformou a estrutura econômica e política do conjunto J/NP, modificando a configuração territorial política, principalmente de Nova Porteira, levando-a a uma nova divisão das receitas geradas pelo projeto. Esses recortes não são feitos de forma homogênea e gradual e retratam uma divergência das forças dirigentes locais. Essa nova divisão político-administrativa, que possui interesses econômicos claros, culminou na administração e apropriação bi-municipalista do fluxo de capital circulante, promovido por todas as atividades que envolvem a fruticultura irrigada desenvolvida no projeto sediado na nova cidade e com suas atividades terciárias na cidade de Janaúba.

### **1.5. Projeto Gorutuba: fonte de desenvolvimento, modernização e exclusão**

Em 1979, com a construção da Barragem do Bico da Pedra, as duas cidades começam a apresentar uma expansão urbana e rural intensa. O aspecto unificador da evolução campo/cidade é o fato de que as culturas irrigadas são produzidas em larga escala, visando mercados consumidores externos, o que necessita de uma estrutura logística<sup>30</sup> básica, polarizada pela cidade. Assim, em Janaúba e Nova Porteira a evolução urbana é fruto do desenvolvimento da mecanização/modernização do campo levando, inclusive, ao êxodo rural e ao crescimento urbano.

---

30 Método de planejamento e de realização de projeto e desenvolvimento e obtenção, armazenamento, distribuição, reparação, manutenção de material para fins comerciais, operativos e administrativos.

O projeto Gortuba é fruto das políticas públicas vigentes, após 1964, onde através de investimentos públicos, buscava-se propiciar a alavancagem do desenvolvimento da irrigação privada no nordeste, possibilitando o aprofundamento do processo de modernização agrícola, através do modelo público de irrigação, em que o governo constrói a infra-estrutura. (VIEIRA, 2003:21)

Ou seja, o Estado incentivava a produção comercial em larga escala na região nordestina, da qual o norte de Minas passou a fazer parte. Essa área recebe uma intensa onda de investimentos governamentais, que visavam modernizar e otimizar para desenvolver. Janaúba e a atual Nova Porteira foram selecionadas como área de atuação, abrigando um intenso processo de crescimento urbano e populacional, acompanhado por uma reestruturação do campo. Tudo isso modificou a estrutura populacional da região.

VEIGA (2001) analisa que existe uma relação entre o movimento demográfico e os processos de crescimento econômico e desenvolvimento. Em praticamente todas as microrregiões geográficas, há pequenos municípios que estão atraindo migrantes da vizinhança e até uma parte dos conterrâneos que haviam migrado, denominando-se um processo de coagulação<sup>31</sup>. Sendo Janaúba e Nova Porteira um exemplo desse processo, já que são cidades atrativas para um certo número de migrantes que ocupam tanto a cidade quanto o campo. Assim, fica claro que a construção da barragem foi fator primordial para o arranque do processo de urbanização e modernização, modificando o papel das cidades na rede urbana da região norte-mineira.

Entre 1956 e 1960, a implantação da indústria pesada consolidou o processo de industrialização e passou a requerer a integração ao mercado nacional. Mais tarde, a partir de meados dos anos 60, inicia-se o deslocamento de capitais para incursões industriais fora do centro dinâmico tradicional, de certo modo replicando o processo verificado em nível mundial. Janaúba e Nova Porteira são incluídas na dinâmica do grande capital, modernizando o campo ao mesmo tempo em que se urbanizaram. Isso levou ao

---

31 O autor usa esta definição para se referir à questão do aglutinamento ou concentração de pessoas em um determinado ponto do espaço.

crescimento com baixa inclusão social, principalmente local, já que grande parte da mão-de-obra especializada e bem-remunerada é de outras regiões.

Essa exclusão correspondeu a mudanças sociais negativas, que foram promovidas pelo Estado, que tem como objetivo implícito privilegiar elites. A população local, denominada por GONÇALVES (1999) como vazanteiros<sup>32</sup>, ficou fora do processo desenvolvimentista modernizador. Pela inexperiência técnica com a agricultura do tipo agronegócio, receberam as terras irrigadas, mas não conseguiram desenvolver produtivamente a agricultura de mercado. Linhas de crédito e financiamento foram abertas, mas não houve uma preparação educativa. Essa falta de aptidão levou-os a uma exclusão rural e urbana. Rural, porque não se estabeleceram nos novos moldes produtivos e acabaram por perder a terra. E urbana, pois não possuíam formação adaptada à sobrevivência na cidade.

A Represa Bico da Pedra é hoje a fonte principal do desenvolvimento do campo, já que abastece o projeto com o insumo agrícola mais valioso: a água. É também a fonte do crescimento urbano pois, através do agronegócio, a dinâmica econômica local se dinamizou sobremaneira, levando ao crescimento e à modernização, principalmente a cidade de Janaúba. Mas é fonte também da exclusão de grande parte da população local, que não domina a cadeia comercial da agricultura irrigada, a qual vai da produção à comercialização desses novos produtos que passam a surgir.

Podemos analisar os projetos Jaíba e o Gortuba, coordenados pela SUDENE, como desenvolvimentistas, no sentido de que são criados para a viabilização de produção em escala, por meio de uma infra-estrutura básica, ou seja, a irrigação. Esse crescimento não é homogêneo nem espacialmente nem socialmente, gerando, portanto, um certo nível de exclusão, que pode ser mais ou menos acentuado de acordo com as condições de produção.

Uma proposta de análise importante desse fato é feita por KLIKSBURG (2001), ao observar que tanto em termos de países, como no interior deles, há aqueles que se beneficiam consideravelmente com os novos desenvolvimentos, que estão ativamente incluídos nos mesmos e, por outro lado, há setores muito importantes que ficaram à margem e que, em diversos

casos, foram golpeados em seus modos de sobrevivência e equilíbrio tradicionais, pertencendo ao vasto campo dos excluídos.

A década de 60 representou, para a agricultura brasileira, um período de intensas mudanças. O estado brasileiro passou a investir diretamente no setor rural e expandiu as fronteiras agrícolas mediante a incorporação de novas áreas agricultáveis ao processo de produção. Assim, promoveu também, por intermédio de um conjunto de políticas e programas, a disseminação de novas tecnologias no campo. A estratégia adotada pelo governo, naquele contexto, teve como objetivo explícito a transformação da agricultura tradicional em moderna, através de adoção de novos insumos e novas técnicas, capazes de proporcionar maiores rendimentos e, conseqüentemente, maior renda para o setor agrícola.

Nesse sentido, o Estado, principal articulador desse processo, implementou um conjunto de diferentes políticas agrícolas, buscando incentivar a modernização do setor, imbuído de uma concepção de desenvolvimento rural que articulava a agricultura à indústria de insumos de mecanização e de sementes melhoradas geneticamente. Diante disso, são concebidas as políticas de desenvolvimento rural com incentivo à agricultura irrigada. É é, nesse contexto, que o projeto Gorutuba, assim como o Jaíba e o Cotia, são concebidos<sup>33</sup>.

No projeto Gorutuba, essa situação é verificada de forma menos intensa, principalmente se observarmos o fato de que, através desse projeto de irrigação, formou-se nas cidades desse estudo uma estrutura econômica estável, que favoreceu os colonos mais bem preparados e, por outro lado, fez com que o rio deixasse de ser intermitente e passasse a ser perene. Portanto, o projeto gerou crescimento econômico, que é usufruído por uma parte considerável da população, mas não promoveu o desenvolvimento global.

---

32 Segundo o autor são grupos sociais, em sua maioria negros, que vivem às margens dos rios, possuindo uma cultura e modo de vida próprios, adaptada à sobrevivência nas vazantes dos rios.

33 Moraes (1999) em seu estudo sobre o Jaíba na página 15 explica: “ é correto afirmar que os grandes projetos públicos de irrigação não geraram e não têm gerado os efeitos sócio-econômicos esperados, com o agravante de terem contribuído para a proliferação das desigualdades no meio rural além de degradações ambientais.

Enfim, a criação de órgãos como a SUDENE, que tem como objetivo a promoção de políticas que visam a melhoria das condições de vida da população, através de projetos em diferentes áreas como agricultura, educação e outros, acaba por piorar ainda mais o quadro social regional.

É por isso que FURTADO (1996), mentor desse órgão, declarou que

a SUDENE foi uma tentativa de abordagem nova dos problemas do nordeste, principalmente no plano social, mas que esta abordagem foi anulada, ou seja, no plano econômico deu frutos, mas no social não houve avanço já que, segundo o autor, os projetos de irrigação do São Francisco, hoje é uma maravilha, mas emprega menos pessoas, pois a sociedade não avança, avança a economia. (FURTADO, 1996:9).

Desse modo, pode-se concluir que, apesar da propaganda social, o modelo desenvolvimentista impulsionou muito mais o crescimento econômico do que o desenvolvimento social. Na realidade, a modernização imprime a dinâmica do mercado, fazendo multiplicar a circulação do capital, mas esta se mantém concentrada. Não podendo deixar de destacar que a modernização modifica a estrutura espacial que, no caso do Norte de Minas, ocorreu em grande parte via estruturação agrária, por meio da irrigação. E da concentração urbana representada pela monopolização das atividades terciárias.

## CAPÍTULO II

### TRAJETÓRIA URBANA, REDES E DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo, discutiremos como ocorreu o processo de urbanização no Brasil de forma geral e, mais detalhadamente, no norte de Minas, dando ênfase ao papel da microrregião de J/NP. Para tal entendimento, é preciso desvendar as causas do processo urbanizador, suas conseqüências e, principalmente, suas características. No caso brasileiro, esse processo assume formas peculiares, fruto de nossa trajetória histórica que é, ao mesmo tempo, particular e relacionada à dinâmica externa.

Primeiramente, trataremos do papel do Estado na constituição territorial, no sentido de clarificar seus objetivos específicos, que vão direcionar as suas ações. Essa análise está fundamentada na identificação das funções da base técnica implementada na região, que se traduziram em transformações espaciais.

Em seguida, será explicado o processo de interação entre o desenvolvimento da cidade e do campo. O entendimento da espacialização se faz, também, através da necessidade de compreensão e análise do processo de ocupação/apropriação/modernização da zona rural, fruto do planejamento regional, estratégia adotada pelo governo para ocupar o interior do Brasil.

A seguir, discutiremos o conceito de rede, tendo como pressuposto que as redes estão presentes há muito na história da humanidade, mas se intensificaram a partir do sistema urbano modernizador capitalista. Daí a necessidade epistemológica de se aprofundar no conceito de redes urbanas, observando sua lógica, sua função e suas principais características.

Nesse enfoque, as redes podem ser examinadas sob um prisma genético e sob o prisma atual. No primeiro caso, serão vistas como um processo, e no segundo, como um dado da realidade. O estudo genético é forçosamente diacrônico, já o atual se caracteriza pelo enfoque quantitativo e qualitativo, na perspectiva de servir como suporte ao cotidiano.

Finalmente, discutiremos o papel das cidades de Janaúba e Nova Porteirinha, observando sua posição na rede urbana geral norte-mineira e, mais especificamente, em relação à fruticultura irrigada. Nesse sentido, serão

esclarecidas quais as diferentes posições que as cidades ocupam, de acordo com o fluxo comercial a ser observado.

## **2.1. Urbanização e o papel do estado**

A perspectiva crítica e histórica da urbanização brasileira é vista como fruto da dinamização e inserção do país no sistema capitalista. Essa interação economia-espço não se deu abruptamente mas, sim, em sucessivas etapas de intervenções estatais, que vão ao longo dos projetos modernizantes urbanizando o interior do espaço brasileiro. A relação da transformação espacial e a contextualização histórica podem ser interpretadas da seguinte forma, de acordo com SANTOS (2000)

o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios. (SANTOS, 2000:171)

Assim, a perspectiva histórica vai demonstrar em que ritmo e em qual intensidade o espaço norte mineiro se integra efetivamente ao centro econômico e político do Brasil. O principal promotor dessa mutação sócio-espacial é o Estado que, por meio do planejamento regional<sup>34</sup>, viabilizou as bases do desenvolvimento de atividades hoje praticadas na região. Foi através dos grandes projetos que a região norte-mineira se transformou.

Essa atuação visa à inserção do capital produtivo em territórios marginalizados, fato típico da expansão capitalista, que revela o papel do Estado na facilitação da reprodução do capital. Por esse motivo, denominamos essa infra-estrutura de macrossistemas técnicos públicos, que é o conjunto das atuações estatais que transformam o espaço, impressos principalmente pela técnica. Sobre a relação da técnica na modificação do espaço, SANTOS (2002) afirma que os macrossistemas técnicos promovem grandes trabalhos

---

<sup>34</sup> Segundo SANTOS (2000) o planejamento ocorre através de ações normadas e objetos técnicos; a regulação da economia e a regulação do território impõem sobremaneira, uma vez que um processo produtivo tecnicamente fragmentado e geograficamente espalhado exige uma permanente reunificação para ser eficaz.

(barragens, vias rápidas de transporte terrestre, aeroportos, telecomunicações), sem os quais os outros sistemas não funcionam.

A importância dos mega-projetos então se ratifica, principalmente, pela priorização da infra-estrutura para o desenvolvimento econômico. O norte de Minas, que é um tipo de caso desse processo, se desenvolveu e se urbanizou a partir da construção das estradas, barragens, canais de irrigação e outros instrumentos. O fortalecimento econômico de Janaúba e de Nova Poteirinha se deu pela implementação da infra-estrutura ou macrossistemas, representados pela barragem, pelos canais de irrigação, rodovias e outros, levando a região a um processo de desterritorialização<sup>35</sup>, traduzida numa nova função econômica.

Fica claro, portanto, que essas ações transformadoras do Estado são propostas de políticas públicas de alto conteúdo técnico e ideológico, que priorizam, em suas análises, as possíveis potencialidades dos diferentes espaços. Isso demonstra que os poderes públicos, por meio de seus diferentes órgãos interventores<sup>36</sup>, possuíam um objetivo muito claro na região: promover ações que permitiam o fluxo e a reprodução do grande capital. Essas ações são, por excelência, estritamente coordenadas. Para SANTOS (2002)

trata-se de ações informadas, que nos permite inquirirmos, mais precisamente do que antes, sobre os seus resultados, graças, precisamente, a esse conteúdo de ciência e técnica. É a informação que permite a ação coordenada, no tempo e no espaço, indicando o momento e o lugar de cada gesto e sugerindo as séries temporais e os arranjos territoriais mais favoráveis a um entendimento máximo da tarefa projetada. (SANTOS 2002: 223).

No caso de J/NP, a tarefa governamental era o desenvolvimento da fruticultura tecnificada, interligando a região ao mercado nacional e internacional. A construção da barragem, da rodovia e demais<sup>37</sup>

---

35 Segundo Haesbaert (2005) a desterritorialização se refere ao processo que, por um lado, produz redes que conectam os capitalistas e acelera a circulação da elite planetária, e por outro gera uma massa de despossuídos sem as condições de acesso a esta rede.

36 SUDENE e CODEVASF que já foram citadas anteriormente

37 Neste termo nos referimos a toda implementação infra-estrutural, como a água, a energia e até mesmo a mão-de-obra especializada. Sobre este último item citamos como exemplo a implementação em Janaúba do curso de Engenharia Agrônoma da Universidade Estadual de Montes Claros em 1996.

macrossistemas, permitiram a implantação de uma nova tecnologia, no caso a fruticultura irrigada, que deveria gerar o desenvolvimento. Janaúba e Nova Porteirinha passam a desempenhar um novo papel na rede urbana regional, transformando o território via urbanização e modernização rural.

## **2.2. Processo de urbanização brasileira**

É sabido que o espaço urbano responde por grande parcela das transformações do território nacional, já que a maior parte de sua população hoje vive nas cidades. Essa tendência urbanística não ocorreu de forma aleatória mas, sim, de forma planejada e atendendo a interesses tanto do capital nacional quanto do internacional.

Nesse sentido é que SPÓSITO (1993) define o modelo urbano brasileiro como um Modelo de Desenvolvimento Industrial que, devido a fatores como a grande mobilização de população e recursos para alguns pontos do território, a cidade se transforma em mercadoria, compactuada com a grande expansão de operações especulativas e do mercado imobiliário. Isso leva à concentração e centralização dos meios de produção, de unidades de controle, do mercado de trabalho e consumo.

Essas características ocorrem pelo fato de que, no Brasil, assim como em vários países em desenvolvimento, o que impulsionou a urbanização foi o processo de industrialização via dependência, tendo o Estado como agente e a cidade como suporte.

Na década de 60, no período do governo de Juscelino Kubitschek, a industrialização se apoiou em investimentos diretos e nas diminuições relativas das importações. De acordo com OLIVEIRA (1978) podemos afirmar que, em 60, ocorre o assento definitivo da produção e do controle político-social na cidade. Por certo, a cidade agora é todo o país, é a unificação do mercado de trabalho propriamente urbano e rural, com o norte/nordeste como fronteira da expansão do capitalismo monopolista, que se expande nos meios urbano e rural.

No período subsequente, juntamente com o crescimento urbano-industrial, verifica-se um considerável aumento de nossa dívida externa. Foi um período de vultuosos projetos, alimentando a imagem do Brasil-industrial

moderno, do Brasil-potência. Paralelamente, foi fortemente incentivada a agricultura de exportação que envolveu expressiva tecnificação do campo, como os casos dos projetos no Jaíba, Gortuba e em Pirapora. DAVIDOVICH assinala que

no período 1970-1980 é válido especular que o Brasil teria contemplado as duas vertentes, na medida em que tanto adotou uma política de incremento aos bens de capital, que exigiram um crescimento das importações, como uma política de exportação apoiada principalmente no setor agrícola (DAVIDOVICH, 1987: 9. Grifo nosso)

Em 1980, o Brasil já era a oitava potência mundial, desenvolvendo uma nova dimensão do urbano, cada dia mais crescente e, na maioria das vezes, descontrolada pois, apesar da valorização das cidades via aumento produtivo, esta não era acompanhada por aumento dos instrumentos sociais públicos. Esse fato caracteriza o desenvolvimento urbano como inchaço urbano<sup>38</sup>, levando ao crescimento das cidades por meio da segregação social e espacial. Por outro lado, modernizou o campo expandindo expressivamente sua capacidade de produção agrícola.

### **2.2.1. Desenvolvimento regional: o modelo urbano-rural**

Em nosso país, como em outros do mundo capitalista, algumas regiões se urbanizaram por possuírem ligação com a indústria, sendo essa relação urbano-industrial fruto da dinâmica político-econômica nacional e internacional. Surgindo no debate sobre os países subdesenvolvidos, na linha do chamado modelo de desenvolvimento via dependência, ou projeto desenvolvimentista, caracteriza-se, portanto, como um processo de urbanização capitalista industrial dependente.

A urbanização brasileira, ocorrida a partir da década de 50<sup>39</sup>, vai se caracterizar por esse modelo dependente. Algumas cidades crescem devido aos objetivos do capital internacional, do lucro e da modernização, levando à

---

38 Inchaço urbano se refere a peculiaridade do crescimento desordenado que não atende as necessidades básicas da população.

39 Segundo Spósito (1993) na década de 50 a cidade de São Paulo, que aglutina a maior região metropolitana do Brasil; espelha o processo de concentração de papéis de produção e comando da economia urbano-industrial.

crença de que a cidade ou a urbanização seria a melhor resposta ao atraso econômico do país. Essa crença na urbanização modernizadora, segundo SOJA (1993) se transformou em um hieróglifo social revelador, através do qual era possível desvendar a dinâmica do desenvolvimento capitalista do pós-guerra, bem como desenvolver a estratégia de uma resposta política apropriada a uma economia mundial cada vez mais urbanizada.

Dentro desse modelo cidade/indústria/desenvolvimento, a região c6rea brasileira vai se modernizando, estruturando-se em grandes cidades como S6o Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. No entanto, no interior do pa6s, o grande impulso ocorre somente a partir de 60, quando as 6reas reservas como o nordeste e o norte se modernizam. Por6m, o processo de desenvolvimento 6 desencadeado n6o mais pela grande ind6stria tradicional mas, sim, pela tecnifica6o do campo. Esse fato particulariza a avalia6o da urbaniza6o brasileira, fugindo da cl6ssica an6lise cidade-ind6stria. No interior do Brasil, esse processo ocorre tamb6m atrav6s da agricultura ou, mais precisamente, do agroneg6cio, promovido pela inser6o de tecnologia externa dependente que modernizou a zona rural.

Essa transforma6o no modelo agr6rio ocorreu atrav6s da pr6tica de linhas produtivas, como a soja no centro-oeste e a fruticultura irrigada no nordeste, que permitiram a viabiliza6o de uma agricultura de mercado. Por ser mercadol6gica, necessita da cidade como p6lo comercial e prestador de servi6os, uma rede atacadista e varejista, sendo um modelo urbano-rural por excel6ncia. OLIVEIRA (1978) afirma que o Brasil (principalmente o interior) se urbanizou sem se industrializar. O autor argumenta que

a pol6tica urbana brasileira est6 concebida no sentido de definir orienta6o e estabelecer mecanismos operativos para que a estrutura urbana acompanhe a estrat6gia de desenvolvimento e a pol6tica de ocupa6o do espa6o interior.No segundo PND considera-se que esta cuidar6 principalmente, da atenua6o dos desn6veis regionais de desenvolvimento industrial em uma 6nica 6rea metropolitana. Dar-se-6 est6mulo a um melhor equil6brio no tri6ngulo S6o Paulo-Rio de Janeiro- Belo Horizonte e aos p6los industriais no Sul e Nordeste, procurando-se compatibilizar os movimentos de descentraliza6o com a preserva6o de escalas de produ6o econ6micas e de economias de aglomera6o. (OLIVEIRA, 1978:80. Grifo nosso).

Essa argumentação nos leva a concluir que não foi interesse dos governos brasileiros do período de 1960-90<sup>40</sup> industrializar todo o território nacional. O novo modelo desenvolvimentista visava, também, estimular as atividades mais tradicionais ou primárias, reforçando o nosso caráter agrário na histórica divisão internacional do trabalho. Portanto, ratificar e ampliar nossa função de exportador de matérias-primas e produtos de alimentação.

Em função da aproximação mercadológica de diferentes países e da conseqüente ampliação do mercado consumidor, as escalas produtivas devem se ampliar sobremaneira. Essa ampliação só seria possível a partir de uma modernização/apropriação de zonas rurais já exploradas de forma incipiente, ou de áreas reservas e mesmo das inexploradas. Daí a presença marcante, tanto no interior do país como no nordeste, norte e centro-oeste, de projetos agrícolas voltados para a exportação.

Afirma-se, então que no Brasil, exceto nas áreas córeas<sup>41</sup>, o processo de urbanização está relacionado muito mais à agricultura tecnificada, no modelo de grande exportação, do que propriamente dito na indústria. No norte de Minas, a urbanização via projeto industrial é impulsionada apenas em Montes Claros. No interior, se estabeleceu o projeto agrário que levou ao crescimento de algumas cidades sendo, portanto, um desenvolvimento industrial pontual. PEREIRA (2004) registra que

no norte de Minas, a industrialização, fruto da ação do Estado, estimulou tanto os fluxos migratórios campo/cidade como os intermunicipais. A distribuição da indústria ocorre de forma desigual, o que gerou também uma urbanização desigual. (PEREIRA, 2004: 21)

Na região, a industrialização não foi estimulada de forma homogênea. Portanto, a idéia clássica de urbanização via indústria, neste caso, se torna

---

40 Politicamente na década de 60 houve implantação do regime militar, e ao final da década 80 temos o processo de redemocratização, passando paulatinamente de um modelo ditatorial ao democrático neo-liberal. O que nos leva a afirmar que, apesar de serem modelos políticos distintos, possuíam a mesma orientação econômica: a modernização dependente.

41 São áreas centrais da política e da economia brasileira, incluindo estados da região Sul e Sudeste bem como a capital Brasília.

insuficiente como explicação do crescimento urbano intenso vivenciado no interior do país, como no caso especial de J/NP.

Existem várias cidades que se desenvolveram pelo incremento das atividades agrárias, como aconteceu nas cidades que constituem nosso estudo de caso. É importante ressaltar que, no interior do Brasil, a modernização e o desenvolvimento de cidades se deram também pela otimização rural, e que o espaço norte-mineiro faz parte desse processo de espacialização territorial, baseada no planejamento regional, que tem no agronegócio sua fonte de produção.

O desenvolvimento urbano-rural implica um conjunto de investimentos que vão desde a aquisição de infra-estrutura básica como a irrigação, a aquisição de tecnologia de produção em massa como, por exemplo, de mudas selecionadas e defensivos químicos, até a base territorial que é fomentada regionalmente como as rodovias de escoamento. Assim, uma premissa básica dessa análise é a inseparabilidade do processo de desenvolvimento urbano-rural do processo de desenvolvimento regional e este do contexto da integração nacional.

A perspectiva analítica que perpassa a evolução regional tem como ponto de partida a análise da década de 50, pois é nesse momento que se inicia a inserção da região norte de Minas no planejamento nacional. Esse plano operativo deveu-se à mudança da posição brasileira na divisão de trabalho internacional, caracterizada pela modernização dependente.

O processo de inserção econômica está submetido ao modelo centro-periferia que, em relação à urbanização, tem suas conseqüências específicas. O modelo de desenvolvimento urbano, impulsionado pelo modelo de modernização dependente, possui dois aspectos básicos, de acordo com FAISSOL (1987):

- a) Um primeiro efeito regionalizante, e fruto de uma das características mais abrangentes deste processo, é a geração de uma divisão regional do trabalho, mais precisamente de uma divisão do espaço brasileiro entre um núcleo desenvolvido e uma periferia subdesenvolvida que se complementam, mantendo o sistema em funcionamento, ainda que segundo a mesma organização dependente que caracteriza o modelo numa escala internacional;

B) O modelo centro-periferia é, no fundo, um modelo da estrutura dual da sociedade, tendo assim uma dimensão social inerente de dois subsistemas fortemente interligados espacial e socialmente ao mesmo tempo, e que leva a repercussões no sistema urbano muito claras.(FAISSOL, 1987: 63)

O autor ressalta que essas repercussões são o caráter concentracionista e desigual da espacialização. Na urbanização brasileira e nas cidades do norte de Minas, a situação não é diferente. O diferencial pode ser o grau de intensidade da presença dessas características. As cidades norte mineiras cresceram de forma polarizada e desigual, incluídas nesse quadro mais amplo de urbanização sanguinária brasileira, usando as palavras de LOJIKNE (1981).

Aqui, a urbanização das cidades mais interioranas, através de redes produtivas agrícolas, como a fruticultura, ocorreu de forma rápida e a serviço do capital produtivo polarizado. Percebe-se um grande salto urbano, um aumento expressivo da população, a dinamização econômica, mas a região permanece carente, com insuficiência de serviços sociais básicos, principalmente para uma maioria excluída e despreparada para o mercado moderno.

### **2.3. Redes: histórico e definição**

As redes não são um fenômeno novo Historicamente, são reconhecidas na trajetória sócio-espacial do homem, fazendo parte da dinâmica do processo de interação homem-território. A forma elementar das redes se organizarem é pela presença de um certo número de pontos de referência e pela junção destes pontos<sup>42</sup>, por meio de fluxos. Vejamos o exemplo das linhas comerciais existentes entre povos bem antigos, como o complexo comércio romano por toda a Europa e, mais anterior ainda, as linhas marítimas praticadas pelos navegantes chineses, entre outros. Por fazerem parte da história da sociedade, as redes se transformaram, ao longo do tempo, em sua forma e função, adquirindo novas estruturas e objetivos.

---

42 O defensor mais assíduo da tese de redes como natural a trajetória da sociedade é Latour (1991) que defende que as redes são linhas conectadas, portanto presentes na trajetória social humana.

No mundo científico, o termo rede se apresentou, pela primeira vez, no final do século 20. DIAS (2005) faz uma revisão da literatura relativa ao termo e afirma que é, no pensamento de SAINT-SIMON (1825), que o termo aparece pela primeira vez como conceito-chave. Sua pesquisa se orientava na linha de um socialismo-planificador<sup>43</sup>, defendendo a criação de um Estado organizado racionalmente por cientistas e industriais. Essa organização necessitaria de redes de pesquisa, produção e distribuição altamente interligadas.

DIAS (id.) afirma que, na Geografia, ciência em que as redes se apresentam como tema clássico e bastante difundido, o termo vai aparecer primeiramente no trabalho do francês JEAN LABASSE (1955), mostrando em sua tese que, na França, depois da febre ferroviária, instalou-se uma febre bancária, ambas conduzidas pelos mesmos meios sociais. Na Geografia brasileira, de interesse específico desse trabalho, o termo aparece pela primeira vez no trabalho de MONBEIG (1952), em sua tese sobre os Pioneiros e Plantadores de São Paulo com o título de Regiões ou redes.

O termo específico das redes urbanas é discutido pela primeira vez pelo geógrafo CHRISTALLER (1933), em sua teoria das localidades centrais, tratando-se de um quadro teórico sobre a diferenciação dos núcleos de povoamento, no que se refere à importância que apresenta enquanto lugares de distribuição de produtos industrializados e serviços.

Hoje, o termo rede é utilizado na caracterização de vários processos sociais, sendo discutido amplamente por diferentes áreas do conhecimento e em diversas modalidades de pesquisa, adquirindo, portanto, múltiplas conotações. Neste trabalho, compreendemos a rede na perspectiva da ocupação territorial via cidades, ou mais precisamente na dinâmica das redes urbanas, sendo esta uma organização articulada que, por meio de um conjunto de centros, estabelecem interligação dependente e de forma hierárquica. Esse fato constitui uma estrutura onde se verifica a criação, apropriação e articulação do lucro ou do valor excedente, típica do sistema capitalista.

---

43 Socialismo-planificador defende a atuação maciça e intensa do Estado em todos os setores da organização social, com intuito de promover a igualdade social.

Essa atuação em rede não é uma opção de determinados governos, ou sistemas econômicos<sup>44</sup>. Na realidade, o sistema interligado é uma imposição da economia mundial informacional moderna, como postula CASTELLS (1999)

as trajetórias firmes de integração na economia global, com suas regras homogêneas, ampliam a rede, e as possibilidades de criação de redes de contatos para seus membros, ao mesmo tempo aumentando o custo de ficar fora da rede. Essa lógica auto-ampliável, induzida e imposta por governos e instituições internacionais, acabou unindo segmentos dinâmicos da maioria dos países do mundo numa economia global e aberta (CASTELLS, 1999: 183).

O autor argumenta que, através da rede urbana e da crescente teia de comunicações a ela vinculadas, é que distantes regiões puderam ser articuladas ao sistema, como podemos verificar no caso do norte de Minas, servindo como ferramenta básica do crescimento e ampliação da economia capitalista. No bojo do processo de urbanização, a rede urbana passou a ser o meio, através do qual, a produção, circulação e consumo se realizaram efetivamente, inclusive em áreas distantes e anteriormente empobrecidas ou isoladas. É claro que esta “inclusão” não se dá no espaço terrestre total, algumas áreas ainda continuam isoladas ou apenas parcialmente incluídas na lógica das redes, é um processo de diferentes intensidades.

Essa nuance processual ocorre por diversos motivos como, por exemplo, manutenção de áreas reservas posteriores, política local desfavorável ou desinteresse momentâneo, de modo a clarificar a idéia de que o espaço tem que oferecer às redes alguns aspectos favoráveis que facilitem a sua implantação e assegurem a reprodução continuada do capital.

Para CORRÊA (1994), em seus estudos sobre as redes urbanas no Brasil, existem três condições básicas para a existência da mesma:

a) É preciso que haja uma economia de mercado, com uma produção que é negociada por outra que não é reproduzida local ou regionalmente, tendo como pressuposto um grau mínimo de divisão territorial do trabalho.

---

44 Segundo Dias (2005) a história da rede urbana brasileira é marcada pela associação entre o processo de urbanização e o de integração nacional, promovida pelo Estado.

- b) Verificação de pontos fixos no território onde os negócios acima são realizados, produzindo uma característica de polarização.
- c) É preciso que haja articulação entre os pontos. (CORREA, 1994: 67).

Essas premissas se referem ao fato de que a rede deve retratar toda a infra-estrutura que possa transmitir o transporte de matéria, de energia ou de informação e que se inscreve sobre um território. Caracteriza-se pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação, possuindo ligações e clivagens. Essa orientação é fortalecida pela espacialização territorial, que tem como fundamento a interdependência, caracterizada pela divisão do trabalho ou, mais precisamente, da divisão territorial do trabalho.

A divisão territorial é a primeira premissa da rede porque é um fato essencial. Sendo intensificada a partir da modernização, a rede hoje prioriza o lucro e a especialização dos mercados. Isso gera a necessidade de pontos específicos com localização estratégica, com funções próprias. Daí, os pontos serem, para CORRÊA (id.), a segunda premissa. Esses são justificados pela especialização produtiva que, por meio da divisão do trabalho e da dinamização de algumas potencialidades sócio-territoriais, só poderiam ser complementados por meio da troca contínua, que é justamente o lugar da reprodução do capital, ratificando a articulação entre eles.

Desse modo, pode-se afirmar que as redes urbanas possuem características próprias que a diferem de outros fenômenos da sociedade. Essa peculiaridade, vista de forma aprofundada, nos atenta para o fato de que a rede, através da sua hierarquia, leva os diferentes lugares a estabelecer interconexões enviesadas que articulam espacialmente as formas de poder, como argumenta SANTOS (2002):

As segmentações-interligadas do espaço sugerem pelo menos dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidades, como na definição

tradicional de região, são as horizontalidades<sup>45</sup>. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, são as verticalidades<sup>46</sup>. (SANTOS, 2002: 271).

Essa afirmação ratifica a idéia da especialização dos locais, não somente como pontos de criação de linhas técnicas específicas, mas também como suporte de um sistema mais amplo, que é o da organização política. Refere-se, inclusive, às divisões políticas de municípios, estados e regiões, que são a base da distribuição financeira dos recursos públicos, contribuindo sobremaneira para o exercício da rede.

O funcionamento de uma rede urbana parte da proposição básica de que as cidades não são auto-suficientes, não podem produzir toda a quantidade de alimentos para sua população e nem toda a matéria-prima para sua indústria. Sendo dependente, a rede urbana capta seus insumos através de seus “tentáculos”, constituídos pelas cidades pequenas, que penetram pela zona rural. Para SINGER (2002)

a rede urbana obtém os produtos da agricultura e da indústria extrativa, trocando-os pelos produtos da economia urbana: bens industrializados e serviços. Uma grande parte dos produtos é, por sua vez, fornecida às cidades pequenas pelas médias, e estas obtém das grandes. Desta maneira, os alimentos e as matérias-primas vão penetrando na rede urbana e se distribuindo ao longo do percurso até alcançar o seu lugar de consumo. (SINGER, 2002: 144).

Assim, a interdependência entre as cidades, dentro de uma rede, se fortalece com o desenvolvimento da mesma, ratificando o papel centralizador e periférico de diferentes áreas urbanas e rurais, o que nos leva a concluir seu caráter regional. Quando se aborda a relação entre a cidade e a região, isto é,

---

*45 Segundo Santos (2000) as horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contra-finalidade localmente gerada.*

*46 Ibid, as verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado.*

uma cidade e sua hinterlândia<sup>47</sup>, verificam-se os seguintes fatores, conforme assinalados por CORREA (2001):

- a) Atração urbana sobre a população regional;
- b) comercialização pela cidade de produtos rurais;
- c) drenagem urbana da renda fundiária;
- d) distribuição pela cidade de investimentos e trabalho;
- e) na distribuição de bens e serviços. (CORRÊA, 2001: 27).

O autor também afirma que a interação entre o urbano, o rural e a região é intensa e de diferentes aspectos, colocando-se entre as cidades e o campo, principalmente nas áreas rurais mecanizadas. Isso leva-nos a concluir que o nível de desenvolvimento regional influencia na tipologia e dinâmica da rede. Regiões mais modernas e capitalizadas possuem redes mais diversificadas e complexas, que formam a área cória. Regiões periféricas, redes mais simples, com número inferior de produtos e serviços. A rede é, portanto, um resultado direto da dinâmica regional.

Sendo fruto de um sistema regional e também de um sistema mais amplo, ou seja, o nacional, as redes urbanas brasileiras possuem diferentes caracterizações. É necessário considerar a gênese e a dinâmica das redes, através da análise de diferentes fatores, de acordo com CORREA:

- a) condições externas e internas da criação, apropriação e circulação do valor excedente, suas mudanças e as condições presentes;
- b) diferentes agentes sociais que participam do processo, e o papel mutável de cada um deles;
- c) processo de articulação e rearticulação intra e inter regional;
- d) forma inicial da rede urbana e sua funcionalidade, bem como as mudanças verificadas;
- e) conseqüências econômicas, sociais e políticas, a cada momento, do modo como a rede urbana funciona. (CORRÊA, 2001: 115).

---

47 Área de dominação de um centro urbano que inclui cidades menores e áreas rurais.

Portanto, as regiões onde as redes existem não são uniformes. Existe uma diversidade de redes na mesma medida da diversidade econômica regional. Pode, inclusive, num mesmo espaço, ocorrer superposições de redes<sup>48</sup>, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, com constelações de pontos e traçados de linhas. Mas o que existe de comum é que, se forem levados em conta seus aproveitamentos sociais, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação de seu funcionamento.

### **2.3.1. Genealogia e classificação da rede urbana norte-mineira**

A maior parte dos estudos sobre as redes urbanas no Brasil é produzido a partir da década de 60 e, em sua maioria, referentes à região paulista. O que demonstra que, para a análise do norte de Minas, encontrou-se uma parca bagagem de estudos que pudessem basear a pesquisa. Existem poucos trabalhos referentes ao tema. No entanto, o objetivo principal desta pesquisa é entender o processo de transformação espacial de Janaúba e Nova Porteira, que estão inseridas num quadro regional mais amplo, tornando-se necessário discutir a trajetória de formação da rede urbana norte mineira.

Esta seção propõe uma análise da rede urbana regional, tendo como ferramenta básica a perspectiva histórico-econômica e, como orientação metodológica, a teoria geográfica das redes proposta por Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa, articulando sua presença no tempo e no espaço.

A primeira premissa é a de que existe uma rede de circulação norte-mineira, historicamente determinada, distinta e diferenciada de outros territórios. Evidentemente, por um longo período parcialmente desarticulado, incipiente e muito pouco desenvolvido para os moldes capitalistas. No entanto, a história do fluxo de trocas regional é bastante antiga, datando pelo menos do período de comercialização do ouro no Brasil. Essa rede é percebida

---

48 Segundo Corrêa (2005), nas regiões de economia urbano-industrial, as redes geográficas se caracterizam pela complexidade das interações espaciais, resultante do fato de cada centro desempenhar múltiplas funções, cada uma originando um tipo específico de padrão de interação. Ou seja, num mesmo espaço e ao mesmo tempo, a presença de vários circuitos.

por meio das características básicas definidas anteriormente e elucidadas, nesta pesquisa, da seguinte forma:

- 1) verifica-se, na região, a presença da divisão territorial do trabalho; áreas específicas que produziam matérias-primas, como todo interior rural, com a pecuária, algodão, entre outros produtos. E áreas centrais de comercialização, administração política e prestação de alguns serviços, como Montes Claros e Grão Mogol;
- 2) esses povoados e futuras cidades possuíam uma determinada articulação econômica e social, verificada através dos fluxos de produtos e pelas centralizações políticas, com direcionamento definido pela hierarquia dos lugares<sup>49</sup>, ou seja, a região já se apresentava concentrada.

Essas características nos servem para afirmar que se percebe, na região norte mineira, a presença de uma rede regional de longa data, individual e diferenciada, transformada ao longo do tempo. SANTOS (2002), em seu estudo genealógico das redes, admite três momentos na produção e na vida desses sistemas. Um largo período pré-mecânico, um período mecânico intermediário e a fase atual da globalização.

Importante ressaltar que a classificação miltoniana, ao ser aplicada à rede norte mineira, merece algumas considerações. Em primeiro lugar, pelo fato de essas três fases apresentarem-se de forma concomitante no espaço regional, porém em intensidades temporais diferenciadas. E, em segundo, pela intensidade de transformação dos lugares que foi, ao longo do tempo, distinta e heterogênea. No entanto, essas condições não impediram uma análise regional mais abrangente.

#### **2.3.1.1. Rede urbana norte-mineira: fase pré-mecânica**

Na perspectiva de SANTOS (2002), a primeira fase da rede, denominada de pré-mecânica, se refere ao império dos dados naturais, é o momento em

---

<sup>49</sup> Nesta pesquisa utiliza-se a classificação hierárquica de Christaller, que adota a seguinte denominação em ordem decrescente de importância: capital nacional, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local.

que o engenho humano é limitado, às vezes subordinado a contingências da natureza. Dentro dessa circunstância, as redes se formavam com um largo componente de espontaneidade. Daí seu caráter pré-mecânico, mais voltado às culturas tradicionais, e com a predominância dos tempos lentos<sup>50</sup>, que predominam no circuito inferior da economia, mais voltados às culturas tradicionais.

Apesar desse período ainda ser aqui verificado, em alguns lugares<sup>51</sup>, numa perspectiva macro-regional, a expansão da rede urbana se iniciou no espaço do norte de Minas no período colonial brasileiro, indo até meados do século XX. Refere-se, inicialmente, a um momento da história regional, em que não se verifica a presença de centros urbanos tradicionais de destaque, ou pontos de comunicação de importância nacional. A região se fundamentava muito mais como uma conexão comercial entre o nordeste com a área central brasileira, se organizando principalmente para a pecuária.

No norte de Minas, o período pré-mecânico se caracteriza inicialmente pela ocupação territorial colonial brasileira, quando esse território era apenas uma área de passagem, tendo por função primordial a complementação econômica de áreas centrais, como Salvador e a região das Minas. Esse caráter transitório e deslocado fez com que sua dinâmica estivesse sempre voltada às diferentes áreas centrais, nordeste e sudeste, levando-o à subordinação econômica.

Nesse período, a economia voltada para fora fez do Norte de Minas apenas um entreposto, um ponto de passagem, visto como área de produção primária, com o objetivo de abastecer as grandes áreas urbanas. Esse caráter subordinado leva ao desinteresse centenário das políticas públicas em relação à região. Esse conjunto, que opera na margem do sistema, levou algumas áreas a um certo desenvolvimento, e outras à marginalização, como pode ser encontrado em DANTAS (2003)

---

50 O autor esclarece que o que chamamos de tempo lentos somente o é em relação ao tempo rápido; e vice-versa, tais denominações não sendo absolutas. Essa contabilidade do tempo será diferente de lugar para lugar, não havendo tempos absolutos, na verdade os tempos “intermediários” temperam o rigor das expressões rápido e lento.

51 Comunidades negras denominadas quilombolas nas cidades de Janaúba e Claro dos Poções.

...as capitânicas não prosperaram uniformemente. Umas oferecem maiores possibilidades, por sua situação geográfica, pela riqueza de seu solo, pela facilidade de acesso ao interior. Outras ao contrário, apresentam obstáculos de toda sorte ao colonizador. (DANTAS, 2003: 208)

Dentro desse sistema ocupacional, altamente direcionado para o exterior, é que vão surgir áreas polarizadoras que, no caso analisado, referem-se, inicialmente, à cidade de Grão-Mogol e, posteriormente, a Montes Claros, entre outras, que se configuravam como centro regional na economia mineradora. Nesse período, Janaúba possuía o nome de Gameleira, e Nova Porteirinha chamava-se São José do Gorutuba. Ambos eram apenas vilarejos, ponto de parada para os tropeiros. Assim, concluímos, baseados na perspectiva Christalleriana adotada na teoria das redes urbanas analisada por Corrêa, que a configuração hierárquica da rede pré-mecânica norte-mineira classifica-se como dendrítica. Essa rede é dendrítica, porque registramos aqui as seguintes características:

- a) caracteriza-se pela origem colonial, ou seja, é no âmbito da valorização dos territórios conquistados pelo capital europeu que esta estrutura nasce;
- b) em segundo lugar, caracteriza-se pelo excessivo número de pequenos centros, e pequenos pontos de venda indiferenciada entre si;
- c) e, por último, a ausência de centros intermediários intersticialmente, ou seja, ao longo de toda a rede.

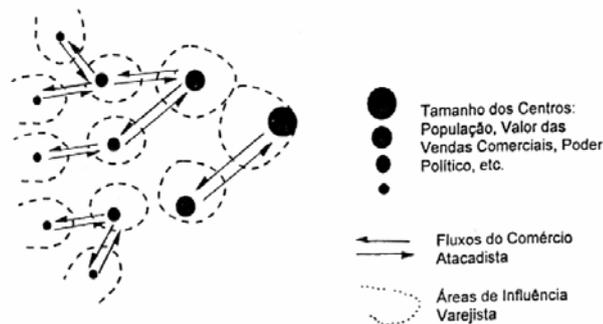
Esse padrão espacial de interação incipiente e centralizada constitui um esquema de drenagem de recursos em geral, que privilegia a cidade primaz em detrimento da sua hinterlândia<sup>52</sup>. De acordo com CORREA (2001), em realidade, na rede dendrítica verifica-se que, à medida que se afasta da cidade primaz, os centros urbanos diminuem gradativamente de tamanho populacional, no valor de vendas e em termos de expressão política<sup>53</sup>. O esquema geral da rede dendrítica segue abaixo:

---

52 Quer dizer um pólo central controlador e concentrador de recursos e sua área de influência que é sempre o interior.

53 É importante ressaltar que segundo o autor, na hinterlândia da cidade pólo, localizam-se mercados periódicos, transformando o território em um campo de ação preferencial de mascates e vendedores itinerantes, aqui chamados de tropeiros, cuja função básica é a de promover a integração dessas áreas ao centros econômicos.

**Figura 3: Esquema da Rede Urbana Dendrítica**



Fonte: Roberto Lobato Corrêa em Trajetórias Geográficas (2001)

O presente trabalho não tem por objetivo específico classificar todas as cidades da região, em todos os ciclos, pois essa tarefa exigiria aprofundamento da pesquisa e, mesmo porque, algumas cidades não são observadas<sup>54</sup>. Mas, de forma generalizada e tomando por base os estudos realizados sobre Janaúba e Nova Porteirinha no ciclo do ouro, podemos descrever um esquema para a região, principalmente da zona leste, configurando-se da seguinte maneira:

**Tabela 3: Hierarquização da rede-urbana pré-mecânica norte-mineira**

<b>Cidades</b>	<b>Ordem de importância</b>	<b>Função de base</b>
Salvador/Diamantina	Capital regional	Comercial, política e administrativa
Grão Mogol	Centro subregional	Administrativo/político
Montes Claros	Centro de zona	Entrepasto comercial com certo destaque
Gameleira, São José, demais localidades	Centro local	Produção e comércio incipiente

Fonte: Pesquisa realizada por HERMANO (2006)

Faz-se necessário destacar que a rede pré-mecânica norte-mineira passou por ciclos econômicos diferentes, ou seja, a classificação acima se refere ao período da economia aurífera brasileira, que termina no século XIX. Posteriormente, tivemos o período do algodão, entre outros, sendo que cada período possuía macro-polarização específica dado o seu caráter exportador.

<sup>54</sup> Neste caso referimo-nos principalmente a Janaúba que teve destaque na história regional, mas que foge ao âmbito desta pesquisa.

Mas o que permite classificar todos esses períodos em pré-mecânicos é a ausência de uma coesão regional forte e polarizadora, a falta de intensidade nas relações internas, e o não desenvolvimento de uma cadeia produtiva autônoma forte, de destaque.

### **2.3.1.2. Rede urbana norte-mineira: fase atual**

Essa situação se modificou ao longo do tempo e, em meados do século XX, principalmente a partir da década de 50, a configuração econômico-espacial se transformou sobremaneira. Ressalta-se que essa transformação não ocorreu de forma espontânea mas, principalmente, por meio do Estado. Um estudo clássico sobre as redes urbanas brasileiras refere-se à região, como proposto por GEIGER (1969)

Montes Claros (1950- 20.000 hab.). No centro nordeste do Estado de Minas Gerais, é o principal centro urbano de uma região criadora de gado, com indústrias de laticínios e de fiação e tecelagem. A recente ligação ferroviária Belo Horizonte-Salvador passa por Montes Claros. (GEIGER, 1963: 89).

Nesse estudo, verificamos que o destaque regional é a cidade de Montes Claros, e que o marco técnico é a presença da rede ferroviária, ratificado pelas afirmativas defendidas por LESSA (1993) que trata a questão, também, sob a influência da perspectiva proposta por MOMBEIG. Assim, a ferrovia significava desenvolvimento, modernidade. Montes Claros cresce e passa a se destacar regionalmente. De forma tardia e em intensidade bastante diferente, Janaúba também se fortalece, passando aos primeiros estágios de urbanização.

A rápida evolução dos trilhos fez com que a “boca de sertão” passasse de uma localidade a outra. Integrou-se, dessa forma, a pecuária desta região ao mercado dos centros exportadores, estabelecendo, assim, uma relação, mais próxima com centros urbanos do país. O crescimento do mercado belo-horizontino e a continuação da construção da ferrovia em direção ao norte do estado fez com que várias cidades passassem pela

experiência de serem boca de sertão, ou ponta de linha<sup>55</sup> por algum tempo. (LESSA, 1993:164. Grifos no original.)

Dessa maneira, as cidades ao longo dos trilhos vão experimentando, junto com a chegada da ferrovia, na década de 50, um avanço urbano, que faz com que elas possam dinamizar suas economias, até então voltadas apenas para o incipiente mercado interno. Assim é que, a partir desse momento, verifica-se a evolução da rede regional, que passa a se transformar em uma rede urbana mecânica intermediária, de acordo com a teoria miltoniana.

Esse período é descrito por SANTOS (2002) como um momento histórico em que se verifica a instalação dos albores modernos, em que as redes assumem o seu nome, mediante o caráter deliberado de sua criação. Nesse segundo momento, o consumo se amplia de forma moderada e o progresso técnico tem utilização limitada.

O comércio é direta ou indiretamente controlado pelo Estado, sendo que a perspectiva de formação econômica se estende ao interior, mas de forma restrita e para alguns fins. Assim, através da já discutida orientação econômica, nossa região vai-se estruturar desequilibradamente, com um caráter fortemente desagregado e que visa atender aos interesses de uma elite dominante, submetida a uma lógica externa altamente exploratória. Advém daí as conseqüências atuais de concentração urbana, de grande exclusão social nas cidades. A modificação é percebida quando o estado desenvolvimentista começa a implementar grandes projetos modernizantes, com destaque para a agricultura irrigada, transformando a estrutura espacial da região. Sobre a atuação estatal na formação das redes, temos a seguinte afirmativa de STORPER (1990)

os programas de desenvolvimento regional do Brasil, nas últimas três décadas, ao contrário, falharam ao orientar as forças sociais; em vez disso, eles implementaram diversas medidas visando o “equilíbrio regional” do desenvolvimento sob a forma de subsídios para a implantação e incentivos financeiros para investimentos em regiões empobrecidas - Sudene por exemplo - , com pouco sucesso ....., pois continuam a receber insumos do sudeste. Pior que isso, elas fornecem mais uma arma para enfraquecer a classe trabalhadora

---

55 De acordo com a autora, à medida que a ferrovia chega as cidades, abre-se os mercados, aumenta-se o consumo, levando a imaginação do cosmopolitismo e suas imagens, ou seja, a cidade se consolida como grande receptora e distribuidor de produtos regionais e extra-regionais.

do sudeste, uma vez que os empresários, sustentados por subsídios governamentais, podem levar a cabo a produção em regiões periféricas que não seriam rentáveis de outra forma. (STORPER, 1990: 130. Grifos no original.)

Essa discussão se reporta ao fato de que a política descentralizadora do Estado, principalmente após as décadas de 70 e 80, com investimentos em áreas reservas, levou a cabo um projeto modernizador que, ao invés de desenvolver a região de forma ampla, em muitos casos, aprofundou ainda mais as desigualdades sociais. Sua característica concentracionista leva ao surgimento de novos pólos<sup>56</sup>, mas mantendo a distribuição concentrada da riqueza.

Isso nos levou a concluir que a atual rede urbana norte-mineira é mecânica intermediária, abrangendo uma nova hierarquia das cidades. Sobre essa nova configuração, temos um importante estudo de RODRIGUES et alli<sup>57</sup> (2005), que fizeram um levantamento minucioso sobre a estrutura urbana das cidades norte-mineiras. Nesse estudo, de análise multivariada<sup>58</sup>, as cidades foram classificadas segundo a quantidade de instrumentos urbanos oferecidos à população em geral, como registradas por essas autoras em

tendo-se por objetivo agrupar as cidades segundo hierarquias da rede urbana, selecionam-se variáveis: coleta de lixo iluminação elétrica, disponibilidade de linhas telefônicas, quantidade de hospitais, número de leitos, quantidades de instituições de ensino fundamental, médio e pré-escolar, como proxy de infra-estrutura econômica e equipamentos sociais. (RODRIGUES et al., 2005: 14)

Todos esses fatores são considerados como referentes à estrutura urbana e serviram de base para uma análise da rede urbana regional, a partir de diferentes dados coletados. As autoras apresentam a seguinte classificação:

**Tabela 4: Agrupamento dos municípios segundo a dimensão urbanização**

<b>GRUPO</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>
--------------	-------------------

<sup>56</sup> É mister ressaltar que Montes Claros recebeu o projeto industrial, mas o interior abrigou projetos agrícolas.

<sup>57</sup> Luciene Rodrigues, Maria Elizete Gonçalves, Sara Gonçalves Antunes de Souza e Gilmara Emília Teixeira

<sup>58</sup> Análise multivariada é estudo correlacionado de diferentes índices, que vão desde o econômico até o social.

---

CLUSTER 1	Brasília de Minas, Coração de Jesus, Espinosa, Francisco Sá, Itacarambi, Jaíba, Manga, Mato Verde, Porterinha, Monte Azul, Rio Pardo de Minas, São João da Ponte, São João do Paraíso, Taiobeiras, Varzelândia
CLUSTER 2	Os demais 65 municípios da região norte-mineira
CLUSTER 3	Bocaiúva, Januária, Salinas, São Francisco e Várzea da Palma
CLUSTER 4	<b><u>Montes Claros</u></b>
CLUSTER 5	Janaúba e Pirapora

---

Fonte: dados da pesquisa de RODRIGUES (2005)

No estudo citado acima, as cidades são selecionadas em cinco grupos, ou clusters<sup>59</sup>, diferentes, que são agrupados segundo sua semelhança ou aproximação de quantidade de instrumentos urbanos. Essa classificação não foi desenvolvida segundo a teoria da rede urbana, mas nos mostra uma determinada hierarquia das cidades, segundo seu desenvolvimento, permitindo-nos propor uma classificação geral da rede urbana norte-mineira atual. De forma ampla, e no que diz respeito à oferta de bens e serviços especializados, que são características centrais da cidade primaz, no norte de Minas apenas Montes Claros pode ser considerada pólo regional urbano moderno. De acordo com RODRIGUES et al. (2005):

o cluster 4, composto unicamente pelo município de Montes Claros, possui a maior quantidade para cada variável incluída na análise; enquanto que a maioria dos municípios norte mineiros, integrantes do cluster 2, apresentam, em 2002, precariedade na rede de saúde, por não possuírem unidades ou leitos hospitalares. (RODRIGUES et al., 2005: 21).

Na qualificação desse agrupamento, Montes Claros se apresentou como a cidade norte-mineira mais equipada em serviços, com possível centralização política regional. Janaúba e Pirapora seguem abaixo, em grau de importância e capacidade econômica, além da classificação de todos os municípios em mais três grupos subordinados, analisando toda a região. Dessa maneira, o estudo de RODRIGUES et al. (2005), nos permite propor a

---

<sup>59</sup> Segundo Rodrigues (2005), citando Schmitz (1997) clusters é a concentração geográfica e setorial de empresas introduzindo a noção de eficiência coletiva, que descreve os ganhos competitivos associados à interação entre empresas em nível local, além de outras vantagens derivadas da aglomeração.

seguinte classificação geral da rede urbana<sup>60</sup> norte-mineira atual, conforme pode ser verificado na próxima tabela:

**Tabela 5: Rede urbana geral norte-mineira**

<b>Tipologia urbana</b>	<b>Municípios</b>
Capital regional	Montes Claros
Centro sub-regional	Janaúba e Pirapora
Centro de zona	Bocaiúva, Januária, Salinas, São Francisco e Várzea da Palma
Centro local	Brasília de Minas, Coração de Jesus, Espinosa, Francisco Sá, Itacarambi, Jaíba, Manga, Mato Verde, Porterinha, Monte Azul, Rio Pardo de Minas, São João da Ponte, São João do Paraíso, Taiobeiras, Varzelândia
Subordinação	Os demais 65 municípios da região norte-mineira

Fonte: Dados da pesquisa e estudo do cluster urbano norte-mineiro de RODRIGUES et al. (2005)

Na rede urbana norte-mineira, a maioria dos centros urbanos são simples locais de comercialização de produtos rurais exportáveis para o limitado mercado interno. Portanto, como locais de distribuição, são apenas localidades subordinadas às cidades-pólo regionais. Na realidade, essa rede é altamente concentrada.

Isso significa que, em um grande território, vamos encontrar um maior número de pequenos centros locais ou de zona, que comercializam produtos imprescindíveis ao consumo da população, já que a mobilidade espacial da mesma é pequena. Esse tipo de comercialização é classificado por SANTOS (2002) como circuito inferior da economia, já elucidado no primeiro capítulo.

A presença de poucos centros de médio porte leva ao desenvolvimento incipiente do mercado consumidor e das estruturas modernas de circulação. Tal fato promove a polarização dos circuitos econômicos, produzindo um achatamento. O achatamento é a falta de distribuição homogênea do capital, no âmbito da rede, levando a concentração excessiva da renda e do acesso aos serviços, conforme postula CORREA (1998)

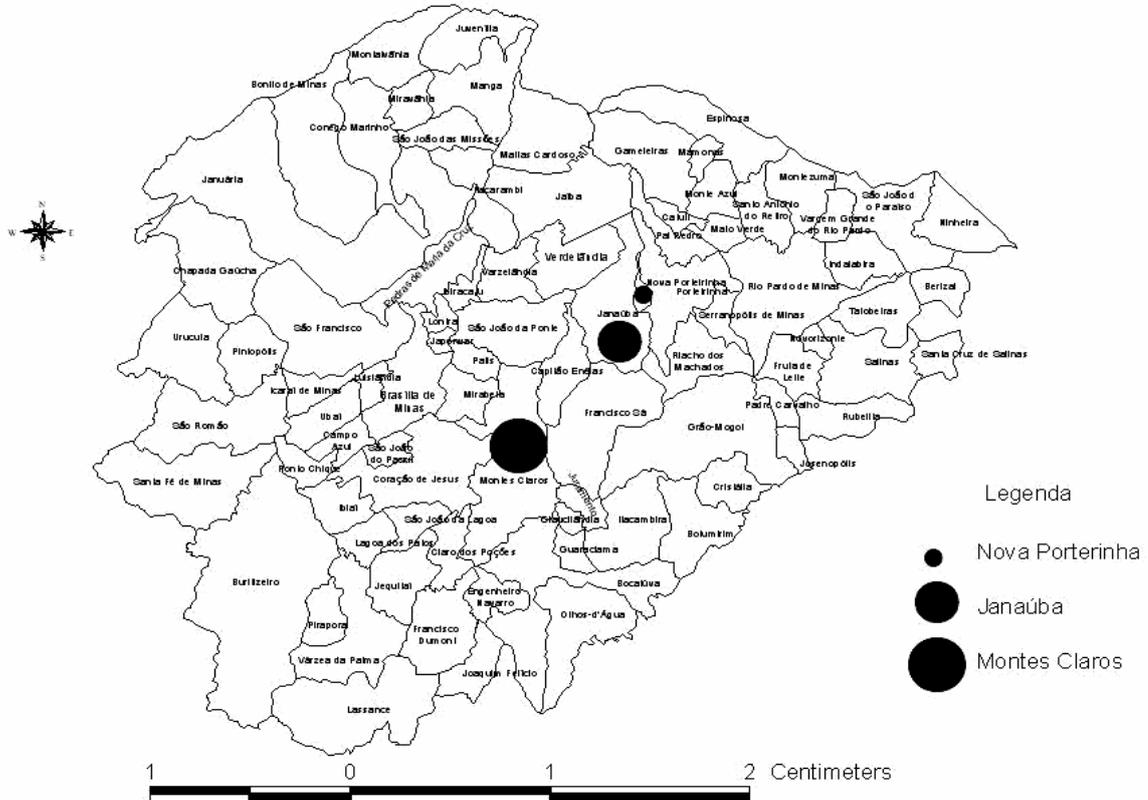
<sup>60</sup> A teoria geral da rede urbana é proposta por CRISTALLER (1933), numa hierarquização das cidades em grau de importância e polarização de atividades.

Há então um achatamento da rede de localidades centrais pela ausência ou mínima ocorrência de centros de escalões hierárquicos intermediários. A metrópole regional, por sua vez, aparece como sendo relativamente rica, pois acaba sendo o único centro que apresenta uma complexa gama de bens e serviços. (CORREA, 1998: 34)

Esse achatamento é ratificado pela presença dos mercados periódicos informais. Tal fato representa que o alcance espacial mínimo é maior do que o alcance espacial máximo, levando ao surgimento de mercados que se deslocam para o mercado consumidor. Em áreas onde a capacidade de deslocamento é alta, isso não acontece, já que o consumidor vai ao mercado e não o oposto, como ocorre nas regiões pobres.

Em relação ao nosso objeto de estudo, percebemos que Janaúba se apresenta como um centro sub-regional, juntamente com Pirapora, fato que lhe proporciona certo destaque no cenário urbano regional. Por outro lado, Nova Porteirinha é caracterizada como uma cidade altamente subordinada e com pouca infra-estrutura. Essa hierarquia é representada no mapa abaixo:

**Figura 4: Posição de Montes Claros, Janaúba e Nova Porteirinha na rede urbana geral**



Fonte: Mapa de percepção produzido a partir da pesquisa de RODRIGUES et al. (2005)

Elaboração: Pedro Ivo Gomes-UNIMONTES

Dessa maneira, podemos concluir que a rede urbana norte-mineira se caracteriza como, predominantemente, mecânica intermediária achatada. Essa classificação se deu pela constatação de que, na região, em primeiro lugar, existe uma rede de cidades articuladas entre si. Em segundo lugar, porque foi comprovado que, nessa hierarquia urbana, temos a cidade de Montes Claros como centro polarizador, mas que não se configura como metrópole regional, polarizando com Belo Horizonte; as cidades de Janaúba, Pirapora, como centros intermediários e, as demais cidades, subordinadas. Isso levou a uma conformação de uma rede urbana achatada, caracterizada pela falta de centros intermediários e pela presença dos mercados periódicos.

Essa rede, caracterizada primeiramente por sua origem colonial, dendrítica, pelo excessivo número de pequenos centros, se desenvolveu e fortaleceu ao longo das últimas três décadas, mas ainda está longe de ser uma rede central, numa perspectiva ampla do território nacional.

O caráter subordinado, na perspectiva econômica globalizada, nos leva a concluir que, no norte de Minas, ainda não verificamos a presença total e difundida da terceira fase das redes. Segundo a teoria miltoniana, o terceiro estágio, chamado período da pós-modernidade, seria o momento do espaço da transação, porção do espaço total cujo conteúdo técnico permite comunicações permanentes, precisas e rápidas entre os principais atores da cena mundial<sup>61</sup>. Aqui se observa que apenas parte das pessoas da cidade de Montes Claros e demais centros poderiam estar inseridas nesse alto nível tecnológico. Talvez, no Brasil, apenas a rede urbana central paulista possa ser incluída nessa fase.

#### **2.4. Posição de Janaúba e Nova Porteira na rede fruticultora norte-mineira**

Em relação à rede urbana geral norte-mineira, podemos afirmar que Janaúba se apresenta como centro sub-regional, no sentido de que, abaixo de Montes Claros, essa cidade, junto com Pirapora, que também recebeu projeto de agricultura irrigada, são as cidades mais equipadas da região. Nova Porteira estaria abaixo de um centro local, ou seja, a forma urbana mais elementar.

No entanto, dentro de uma rede urbana, existem diversos fluxos e cadeias comerciais, onde são produzidos e comercializados vários produtos. Apesar de toda rede urbana possuir uma hierarquia, no sentido do fluxo geral de investimento, existem determinados produtos que percorrem a rede num sentido diferenciado. Assim, para além da classificação geral da rede de localidades centrais, existe a idéia da superposição de redes ou presença das

---

61 Santos citando Michel Fouquim (1993) afirma que o período pós-moderno repousa sobre a revolução técnica ligada a ciência e a tecnologia. Sendo redes multifuncionais, com forte atuação do circuito superior da economia, e presença constante do tempo rápido.

redes complexas<sup>62</sup>, que se baseia no fato da existência de várias redes com pólos distintos em uma mesma região, através da sobreposição e acúmulo de funções. Em CORREA (1997) encontramos que

cada centro participa de várias redes geográficas distintas entre si no que se refere à natureza do fluxo, intensidade e frequência, resultante de cada centro desempenhar múltiplas funções, ou sejam existiria a superposição de redes. (CORREA, 1997: 313)

No norte de Minas, podemos destacar o caso da rede da fruticultura irrigada, que teria como capital regional a cidade de Belo Horizonte e centro regional a cidade de Janaúba. Diferencia-se da cidade de Montes Claros que, nesse setor, não participa da rede, já que, em relação à cadeia de produção e à comercialização de frutas, não desenvolve nenhuma função, sendo esse fato fruto do planejamento regional que impulsionou essa cidade às atividades industriais, principalmente têxteis.

Por outro lado, Janaúba, juntamente com Nova Porteirinha, se especializou na oferta de serviços ao agronegócio, atuando desde a comercialização de produtos regionais do Projeto Gortuba, como a banana e a manga, com comércio polarizado por empresas como a BRASNICA, que é uma forte atravessadora entre os pequenos e médios produtores e os grandes mercados de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Além do fornecimento de mão-de-obra especializada, fato ratificado pela instauração do curso de Agronomia da UNIMONTES (Universidade Estadual de Montes Claros) em 1995, além do curso de Mestrado de Produção vegetal em 2006, nessa cidade.

De acordo com a ABANORTE<sup>63</sup> (2006), Janaúba movimenta, na época da safra, mais de 60 caminhões de banana por dia, totalizando um valor comercial de 75 mil dólares por mês e 225 mil dólares por ano. Segundo o relatório final de 2004, da Comissão Especial da Fruticultura, estudo que foi realizado para Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Janaúba destaca-se como a Capital do Pólo Fruticultor do norte de Minas.

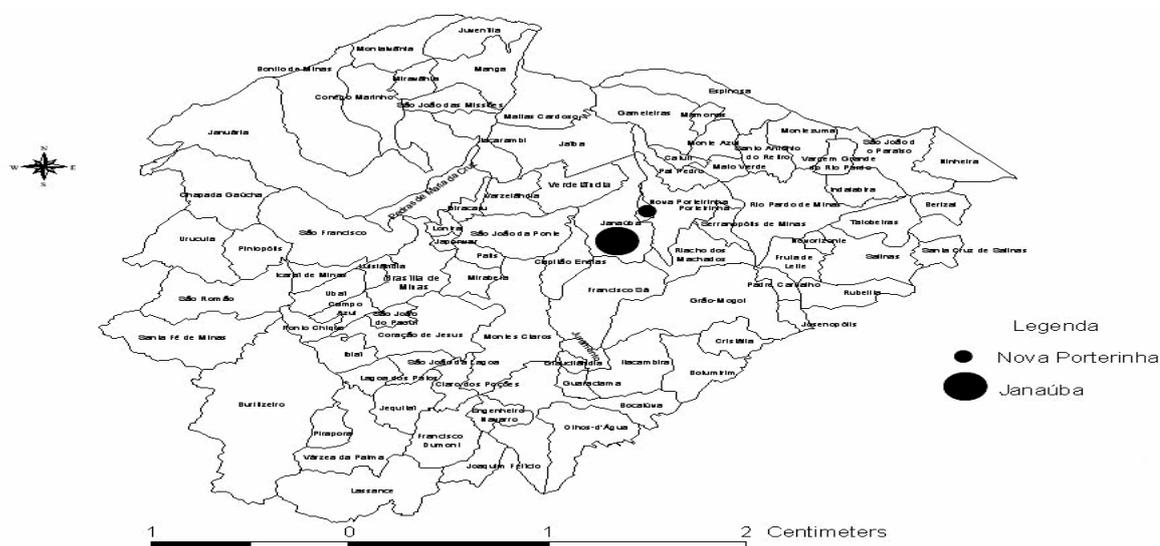
---

62 A teoria das redes complexas é muito pouco estudada no Brasil, possuímos poucos trabalhos teóricos específicos sobre o tema.

63 Associação de bananicultores do Norte de Minas

O crescimento do terceiro setor da economia janaubense faz com que a cidade experimente um forte desenvolvimento urbano, além do fortalecimento de seu papel na rede urbana da região, uma vez que, além de monopolizar o comércio de frutas da cidade de Nova Porteirinha, sua conurbada, direciona, também, parte do fluxo produzido no Jaíba, além de ser a sede tecnológica de ambos os projetos. Essa importante posição, que atualmente a cidade desempenha, a transformou na capital regional da rede da fruticultura irrigada, modificando sua estrutura, levando-a a um avanço na rede agrícola regional. A centralização janaubense é representada no mapa abaixo:

**Figura 5: Rede da fruticultura Norte-Mineira**



**Fonte: Mapa de percepção produzido a partir dos dados da pesquisa**  
**Elaboração: Pedro Ivo Gomes-UNIMONTES**

Podemos, pois, estabelecer, para Janaúba e Nova Porteirinha, uma nova hierarquia das cidades, no âmbito regional, em relação ao agronegócio. Um novo padrão de rede polarizada se estabeleceu em função da fruticultura que, como podemos ver, deixa Montes Claros de fora. Essas cidades assumiram papel de destaque, aumentaram seu grau de importância, apresentando-se como cidades cujo desenvolvimento se deu ao longo da transformação econômico-espacial do norte de Minas. Tal análise é representada na tabela abaixo:

**Tabela 6: Rede da fruticultura regional**

<b>CIDADES</b>	<b>Ordem de importância</b>	<b>Função de base</b>
Belo Horizonte	Metrópole regional	Comércio nacional e internacional
Janaúba	Capital regional	Comércio nacional, local e assistência técnica especializada,
Nova Porteira/Jaíba	<b>Centro de zona</b>	Produção

Fonte: Dados da pesquisa

## CAPÍTULO III

### EVOLUÇÃO DO CONJUNTO JANAÚBA/NOVA PORTEIRINHA NA REDE URBANA NORTE MINEIRA

No espaço norte mineiro, algumas áreas ou pontos específicos, foram escolhidos pelo Estado para serem o berço de projetos modernizantes, enquanto outras áreas continuaram excluídas. Dentre esses pontos, estão as cidades de Janaúba e Nova Porteirinha, que se beneficiaram, de forma distinta, das transformações anteriormente citadas.

A atuação governamental, que promoveu a geração de áreas pólos e áreas complementares, além de espaços que podem acumular as duas funções, gerou a polarização e a periferização que, por sua vez, se referem a um determinado modo produtivo, ou produto, como no caso do sistema urbano-rural que polarizou a fruticultura. É claro que o desenvolvimento de algumas localidades culminou no retrocesso de outras, pois a concorrência e a disponibilidade técnica levam à hierarquização.

Discutindo sobre o desenvolvimento desigual, na região, em relação à estrada de ferro, LESSA (1993) e CARDOSO (2000) afirmam que, na evolução econômica norte-mineira, algumas localidades se manifestam como importantes centros comerciais e produtores e outras retrocedem, a exemplo de Pirapora. Essa cidade havia desfrutado de um momento extremamente fértil economicamente. Com a chegada da estrada de ferro em outros pontos, perde grande parte desse impulso. Enquanto isso, outras localidades passaram a desfrutar das vantagens da expansão da linha férrea.

A exemplo da estrada de ferro, esse acesso desigual aos benefícios da modernização ocorreu em todas as etapas de atuação dos diferentes instrumentos sociais públicos, levando, conseqüentemente ao desenvolvimento desigual e combinado das cidades. Um bom exemplo dessa situação foi a escolha do conjunto J/NP, em 1978, como sede do projeto Gortuba, ganhando destaque no cenário micro-regional.

Nova Porteirinha se transformou em uma área produtiva, desenvolvendo sobremaneira o setor agrícola. Por outro lado, Janaúba se especializou na oferta de serviços ao agronegócio, desde a comercialização dos produtos

regionais, o fornecimento da mão-de-obra especializada e a presença de empresas especializadas. Essas instituições são fortes atravessadores entre os pequenos e médios produtores regionais e os grandes mercados de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

O crescimento do terceiro setor da economia janaubense faz com que a cidade experimente um forte desenvolvimento urbano, além do fortalecimento de seu papel central na rede urbana da região. De acordo com o segundo capítulo, verifica-se que, atualmente, a cidade de Janaúba se destaca em relação aos demais municípios, no conjunto urbano norte mineiro, enquanto Nova Porteirinha se fortalece como centro produtivo fruticultor.

A diferenciação política e econômica entre as cidades estudadas, no entanto, não as individualiza promovendo isolamento. Pelo contrário, principalmente na questão econômica, ambas estabelecem uma relação de complementaridade; a região que produz e a região que comercializa, numa interação hierarquizada interiormente, altamente dependente no conjunto. SANTOS (2002), afirma ser esta uma relação complementar entre lugares e a define como as interações entre cidade-campo e entre cidades, consequência igualmente das necessidades modernas da produção e do intercâmbio geográfico.

Conclui-se, então, que esses conjuntos complementares, apesar de possuírem funções altamente especializadas, necessitam da interação dependente, como é o caso de J/NP, de forma a serem partes de uma mesma estrutura implementada pelo Estado, cuja principal função era promover o desenvolvimento e a dinamização econômica, por meio da fruticultura irrigada. Essa modernização modificou as estruturas dos locais, levando-os a um avanço na rede urbana regional.

Este capítulo tem por objetivo entender o papel de cada cidade nesse conjunto cidade-cidade e cidade-campo, com vistas a demonstrar suas funções particulares e seu caráter complementar. Essa duplicidade do caráter relacional inter-urbano é fortalecida pelo fato de ambas as cidades serem escolhidas como sede do Projeto Gorutuba, porém com distribuição territorial heterogênea; 90% da área produtiva foi instaurada na margem esquerda do rio onde se localizava o distrito de São José, enquanto Janaúba, com apenas 10%,

localizada à margem direita do rio, abrigava, além da ferrovia, as rodovias BR 122 e MG 401.

### **3.1. Janaúba: o centro comercializador**

Janaúba possui uma área de 2.151,7 Km<sup>2</sup>, à margem esquerda do rio Gorutuba, situando-se a 130 Km de Montes Claros e 547 Km da capital Belo Horizonte, localizada na mesorregião norte-mineira. É cortada pelas rodovias BR 122, que a liga ao centro sudestino e ao nordeste, e a MG 401 que a interliga à região do projeto Jaíba. Com topografia bastante plana, abriga uma vegetação de transição entre o cerrado e a caatinga, com o clima semi-árido.

Segundo PIRES (1979), a história da formação de Janaúba faz referência a seus primeiros habitantes como um povo cafuso e caboré, mescla de índios tapuias e de negros que, fugindo do cativeiro, se estabeleceram no vale do Gorutuba. Por volta de 1872, chegam à região Francisco Barbosa e família. Eles fundaram uma fazenda no local, construindo a casa ao lado de uma frondosa Gameleira que posteriormente deu nome ao pequeno povoado, pertencente ao município de Francisco Sá.

Em 1943, em função da chegada da ferrovia, a pequena vila se eleva à categoria de município com o nome de Janaúba, devido a uma planta também conhecida como “algodão de seda”. O maior impulso ocorre a partir de 1978, com a construção da barragem Bico da Pedra e a instauração do projeto de irrigação do rio Gorutuba.

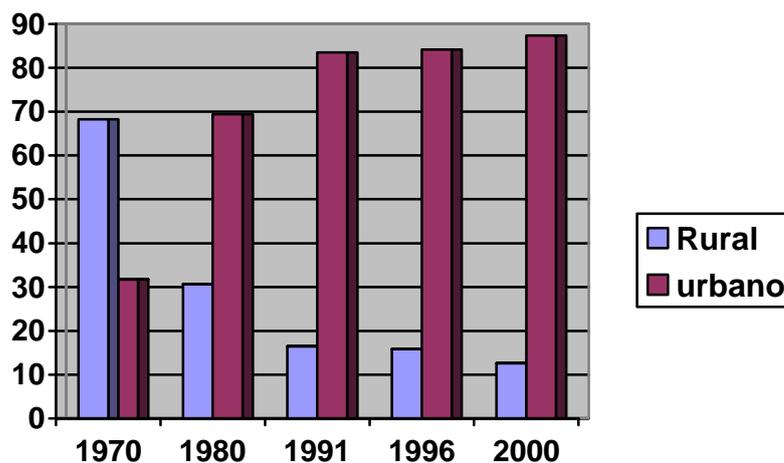
Hoje, de acordo com o último censo de 2002, conta com uma população total de 61.651 com densidade demográfica de 27,9 hab/Km<sup>2</sup>, com alta taxa de urbanização, que em 2000, chegou a 87,41%. PEREIRA (2004), registra, em seu estudo sobre a urbanização norte-mineira, que Janaúba, junto com Montes Claros, Pirapora, Bocaiúva, Januária, Várzea da Palma, Taiobeiras, Salinas, Buritozeiro e São Francisco constituem a maior concentração urbana da região, devido o crescimento populacional<sup>64</sup>, e por se configurarem num centro de atração. Essa transformação demográfica pode ser demonstrada nos seguinte gráfico e tabela:

**Tabela 7: Composição da população (%) do município de Janaúba 1970 a 2002**

ANO	RURAL	URBANO	TOTAL
1970	68,3	31,7	31.587
1980	30,6	69,4	43.028
1991	16,5	83,5	53.104
1996	15,8	84,2	56.894
2000	12,6	87,4	61.651
2005	...	...	68.807*

Fonte: IBGE (Instituto brasileiro de Geografia e Estatística)  
\*estimativa, dados em análise.

**Figura 6: Gráfico comparativo da população de Janaúba 1970 a 2000**



A partir da análise dos dados, podemos concluir que, além do crescimento elevado da população, ocorre também a inversão populacional, ou seja, a cidade anterior a 1970 era predominantemente rural e, atualmente, é predominantemente urbana. Isso retrata uma tendência nacional de crescimento populacional-urbano ocorrido na década de 60, sendo que, nesse caso, o motivo é a implantação de um projeto agrícola, o Gorutuba.

Esse crescimento ocorre porque o desenvolvimento do agronegócio está interligado a atividades essencialmente urbanas, como o comércio de produtos

---

64 Crescimento populacional de um determinado lugar que inclui taxas de mortalidade, natalidade e de

específicos da agricultura tecnificada, além da prestação da assistência técnica que tende a altos níveis de especialização. Daí este ser um típico caso da urbanização rural brasileira comum ao modelo desenvolvimentista, que modernizou o interior por meio de grandes projetos agrícolas.

No caso janaubense, esse crescimento urbano se deu especificamente no desenvolvimento do terceiro setor da economia local, baseado principalmente nas atividades da fruticultura, da saúde e do comércio varejista. Esse fato aumentou a sua importância no cenário regional, fortalecendo sua economia. De acordo com o IBGE, o PIB<sup>65</sup> municipal de Janaúba, em 2001, foi de 173.536 R\$ e, em 2002, de 192.796 R\$, demonstrando crescimento. Sua base produtiva pode ser verificada na análise da tabela abaixo:

**Tabela 8: Produto interno bruto dividido por setor de Janaúba 2002**

<b>SETOR</b>	<b>PARTICIPAÇÃO (em reais)</b>
SERVIÇOS	127.265
INDÚSTRIA	36.310
AGROPECUARIA	35.758
IMPOSTO	3.495
DOMMY	10.032
<b>TOTAL</b>	<b>192.796</b>

Fonte: Dados do IBGE

Como podemos observar, o setor terciário é o mais intenso, fortalecido com a presença de muitas empresas de comercialização de implementos agrícolas, que vão desde insumos à assistência técnica especializada para o agronegócio. Soma-se a isso o desenvolvimento também do setor da saúde, que conta com 27 estabelecimentos, sendo 12 públicos e 15 privados, como clínicas de exames e consultórios médicos. Em 2005, foi inaugurado o Hospital Regional, para atender à demanda da assistência médica especializada da região.

Esse desenvolvimento econômico não foi vivenciado de forma equilibrada pela maioria da população e, apesar do crescimento, a cidade apresenta índices de exclusão social, como a prostituição e a marginalização,

migração.

65 Produto interno bruto, que avalia a dinâmica econômica de uma região, correspondendo a soma dos valores agregados líquidos dos setores primário, secundário e terciário, além das transferências e impostos arrecadados.

o que demonstra seu caráter heterogêneo e, até mesmo, desequilibrado, em relação à dinâmica social, no sentido da distribuição de renda e inclusão social.

### **3.2 Nova Porteirinha: a região produtiva**

O recente município de Nova Porteirinha é fruto da dinamização do projeto de irrigação do Gorutuba, viabilizado pela construção da barragem Bico da Pedra em 1979. Faz parte da microrregião de Janaúba e da mesorregião do norte de Minas, ocupando uma área de 122,71 Km<sup>2</sup>, à margem direita do rio, apresentando certo dinamismo nas três últimas décadas.

Esse desenvolvimento levou o distrito de São José, pertencente à cidade de Porteirinha, à emancipação política em 1995, batizado de Nova Porteirinha, com o intuito de administrar essas novas áreas irrigáveis que foram disponibilizadas pelo governo. Esse interesse político foi fortalecido pelo fato de que essas áreas passaram a produzir em grande escala, dinamizando a economia local. Portanto, falar da estrutura sócio-econômica da cidade é falar do Projeto Gorutuba.

De acordo com o Relatório do Distrito de Irrigação-DIG (2001), essa infra-estrutura é constituída pela Barragem Bico da Pedra, que possui uma bacia hidráulica de 10.000 ha, com capacidade de 705.600m<sup>3</sup>, e uma vazão para irrigação de 6m<sup>3</sup>/s. A adução é feita por um sistema composto de um canal principal de 20,9 Km e uma rede de acéguas com 103,8 Km, realizada em quase todo o sistema por gravidade.

O fato de ser econômico na questão energética, com uma distribuição hídrica bastante homogênea, além de ser de médio porte, o faz praticamente todo ocupado e em bons níveis de produção. Segundo o SEBRAE-MG<sup>66</sup> (2003), possui uma capilaridade hídrica invejável, além de baixo custo com energia elétrica. Portanto, a maior parte de seu território está voltado para a produção no campo. Assim, o perímetro irrigado do Gorutuba alcança quase 50% da área municipal, o que revela o fato de sua sustentabilidade estar inteiramente relacionada ao dinamismo do projeto.

Em relação a sua estrutura de organização, de acordo com a CODEVASF (2001), o projeto é composto por 11 áreas de colonização, sendo que 878,09 de ha em sequeiro e 2.619 ha irrigáveis, com total de 45 empresários com 2.275,28 ha, e 391 famílias assentadas em 3.421,58 ha. Esse fato demonstra a discrepância de acesso à terra e seu processo de concentração na elite agrária.

A estrutura de assentamentos de colonos está organizada por núcleos habitacionais na Colonização I, Colonização II, Colonização III e Colonização Bico da Pedra, enquanto que nas áreas de colonização de Matinha, Beira Rio, Caraíbas, Mosquito, Algodões, Banavit e Nordeste não existem núcleos habitacionais e os colonos residem no próprio lote ou possuem residência nas cidades de Janaúba ou Nova Porteirinha. A ocupação e distribuição fundiária pode ser observada logo abaixo:

**Tabela 9: Relação dos ocupantes e distribuição fundiária do Perímetro Irrigado do Gorutuba**

PROJETO	COLONOS	ANO DE IMPLANTAÇÃO	ÁREA IRRIGÁVEL	ÁREA DE SEQUEIRO	TOTAL
Colonização I	88	1978	719,42	222,80	9424,22
Colonização II	50	1982	352,66	94,27	4446,93
Colonização III	54	1983	375,05	129,08	951,06
Matinha	13	1986	79,51	9,72	89,23
Beira rio	10	1987	70,64	9,20	79,84
Caraíbas	11	1986	63,07	54,85	1117,92
Bico da Pedra	16	1986	64,89	11,26	76,15
Mosquito	14	1987	73,68	58,02	131,70
Algodões	19	1987	123,79	22,74	146,53
Banavit	114	1987	685,89	266,15	952,04
Nordeste	02	-	11,20	0,00	11,20
SUBTOTAL	391	-	2.619	878,09	3.497,89
EMPRESÁRIOS	45	1978	2.275,28	1.461,02	3.736,30
<b>TOTAL</b>	<b>463</b>	<b>-</b>	<b>4.895,15</b>	<b>2.339,11</b>	<b>7.234,19</b>

Fonte: CODESVASF 2001

As áreas do projeto estão divididas em irrigadas, com 4.895,15 ha e de sequeiro, 2.339,11 ha. As primeiras e mais valorizadas, devido ao acesso fácil à água, estão divididas entre os colonos, com cerca 68% e empresários, com 42% do total. Terras não irrigadas, denominadas de sequeiro, estão em sua

maior parte com os empresários, que utilizam poços artesianos particulares para a viabilização produtiva. Isso significa que, no projeto Gorutuba, parte da infra-estrutura irrigacional implementada favorece os pequenos produtores, no entanto, em relação ao comércio, o domínio é dos empresários.

Essa distribuição dos recursos proporciona o crescimento da agricultura tecnificada, que dinamizou o local, levando ao desenvolvimento econômico. Na avaliação feita pelo SEBRAE (2004), trata-se de uma estrutura invejável, que pode alcançar ótimos padrões de produtividade. Seu caráter próspero pode ser verificado na evolução da produtividade anual do projeto:

**Tabela 10: Valor anual do Perímetro irrigado do Gorutuba/Nova Porteirinha 1995-2002**

<b>ANO</b>	<b>Produção física (t)</b>	<b>Valor da produção (R\$1.000)</b>
1995	11.283	3428
1996	13.966	4127
1997	22.684	3909
1998	21.408	5692
1999	23.537	5588
2000	23.699	5071
2001	24.261	6138
2002	19.984	5181

Fonte: CODEVASF-ATER-PLANTEC-2003

Como podemos observar, apesar de ter havido uma queda da produtividade em 2002, a seqüência anterior demonstra crescimento. Aliás, de 1995 a 2001, o projeto praticamente duplicou sua capacidade. Com o comércio de vários itens, que vão desde grãos, leguminosas e cereais, mas que possui uma grande concentração na fruticultura (cerca de 75% da área) e principalmente na cultura da banana, consagrada como principal produto, sendo cultivada tanto pelos empresários como pelos colonos.

**Figura 7: Gráfico Produção de Banana x Outras culturas**



Fonte: CODEVASF

Essa grande concentração na bananicultura, com restrição ao cultivo de outras variedades, ocorre por diversos fatores:

- a) é um projeto desenvolvimentista visa atender às necessidades dos grandes mercados, que exigem produção em grande escala com alta padronização. Isso levou o governo a somente abrir linhas de créditos para essa cultura, ou seja, o Estado só financiava a banana;
- b) por ser a fruta mais consumida do mundo, a banana mobiliza grandes regiões produtivas, sendo uma das mais cultivadas no Brasil principalmente na região paulista. Foi devido a uma queda drástica da produção nesta área, em função de uma grande enchente, que a fruta atingiu um ótimo preço no mercado impulsionando a produção aqui na região;
- c) a necessidade da especialização produtiva, que desenvolve toda uma rede técnica relacionada ao produto, com o surgimento de órgãos e empresas especializadas no cultivo de mercado de um determinado produto. Esse fato pode ser verificado com a presença do “cluster” da banana, que envolve ambas as cidades estudadas.

Essa transformação no sistema produtivo, que passou a ser mais dinâmico e polarizado, levou a uma modificação estrutural urbana. Esse fato ocorre devido ao loteamento das áreas do projeto, que teve como objetivo

operacionalizar as atividades comerciais e promover a reestruturação latifundiária do local. Na tabela abaixo podemos observar tal fato:

**Tabela 11: Composição da população do município de Nova Porteirinha 1991-2001**

<b>ANO</b>	<b>POP. RURAL</b>	<b>POP. URBANA</b>	<b>POP. TOTAL</b>
1991*	3.087	3.027	6.114
1996	3.506	3.277	6.783
2000	3.204	4.174	7.378
2001	---	---	7.588

Fontes: Dados do IBGE

\*Os dados deste ano são referentes ao distrito de Nova Porteirinha

A tabela demonstra que o local não passa por uma explosão demográfica, com taxa média a baixa de crescimento de 2,21%, bem abaixo da sua conurbada. Outro fato marcante é que, apesar da população urbana ser um pouco maior que a rural, esta última praticamente se manteve estável, fato diferenciado da tendência nacional à inversão populacional. Em Nova Porteirinha, cerca de 40% da população é rural, sem levar em consideração o fato de que, em 6 das 11 colonizações, as pessoas que desenvolvem atividades no campo declararem residência na cidade.

Isso significa que, a maior parte da população está direta ou indiretamente envolvida com as atividades do campo, ratificando sua estruturação sócio-econômica com caráter agrário. Fato que pode ser demonstrado na tabela do PIB municipal.

**Tabela 12: Produto interno bruto dividido por setor de Nova Porteirinha 2002**

<b>SETOR</b>	<b>PARTICIPAÇÃO (em reais)</b>
AGRÍCOLA	16.128
SERVIÇOS	12.922
INDÚSTRIA	1894
DUMMY	0
IMPOSTOS	793
<b>TOTAL</b>	<b>31.738</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Esse quadro nos revela que, para Nova Porteirinha, temos a preponderância das atividades do setor primário, ratificadas pelas atividades do projeto. Essa situação é distinta da região norte mineira, que tem suas atividades voltadas principalmente para o setor secundário, 43,5% e terciário, 44,4%, traço tipicamente mineiro, de acordo com estudos de COSTA (1998), sendo a agricultura irrigada sua atividade principal. É importante ressaltar que o setor de serviços, apesar de ser expressivo, está totalmente voltado para a produção rural, já que a cidade possui comércio pouco desenvolvido.

Esse fato é ratificado pela distribuição das atividades da população, medida pelo Censo de 2002 através da PEA<sup>67</sup>, que analisa a distribuição do mercado de trabalho com o intuito de quantificar a estrutura de ocupação profissional das pessoas de uma determinada região. Esse índice possui uma relação muito próxima ao PIB, mas revela a distribuição da população no quadro de trabalho da cidade.

Tabela 13: População Economicamente ativa (PEA) por atividade (%) em Nova Porteirinha 2002

<b>ATIVIDADE</b>	<b>ESTRUTURA SETORIAL</b>	<b>ESTRUTURA PERCENTUAL</b>
Agropecuária	169	30,8
Indústria	19	3,5
Comercial	73	13,3
Serviços	287	52,4
<b>Total</b>	<b>548</b>	<b>100</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

De acordo com relatório do SEBRAE (2004), em análise sobre a economia da cidade, ao confrontarmos os dados da PEA e do PIB, perceberemos certa conformidade, em termos de pessoal ocupado, mesmo que os valores agregados e de cada atividade se apresentem diferenciados, a exemplo dos serviços públicos, na categoria de serviços.

Esse fato revela que, apesar da maior parte da mão-de-obra estar classificada em serviços, estes se referem aos serviços públicos, como a

<sup>67</sup> População Economicamente ativa que entendida como o grupo da população total em idade de trabalhar, aptos para o trabalho, excluindo os estudantes, as mulheres casadas que cuidam de tarefas domésticas, e desempregados que não procuram ativamente o trabalho.

Prefeitura que emprega 192 pessoas entre cargos efetivos e comissionados, bem como os serviços prestados à própria agricultura, como o comércio de insumos, prestação de assistência técnica e as funções produtivas (plantação e colheita), considerados terciários. Esse esclarecimento revela, portanto, que sua base econômica é realmente a agrícola, seguida dos empregos públicos.

Com essa estruturação agrária, aliada ao fato de ser conurbada a Janaúba, de acordo com dados fornecidos pela prefeitura, Nova Porteirinha (2006) conta com três escolas de Ensino Fundamental, ambas localizadas na colonização I, II e III; uma escola de Ensino Médio e uma instituição de Ensino Superior, possuindo um posto de saúde. Quanto a bancos, centros varejistas diversificados, lojas especializadas em insumos agrícolas, enfim, o setor terciário se localiza em Janaúba.

Apesar dessa dependência no setor de serviços, podemos afirmar que esse projeto modificou a estrutura urbana, transformando a sociedade. Fato também percebido por outros pesquisadores, como VIEIRA (2003) que, citando pesquisa da UNIMONTES (1995), analisa a modificação social do projeto Gorutuba, na perspectiva dos colonos. Nessa pesquisa, a maioria, 73,17%, declarava ser responsável do projeto a elevação e a melhoria de renda familiar, retirando da agricultura a sua renda; somente 10% responderam que o padrão de renda piorou, e 15,8% declararam não ter mudado.

Esses dados demonstram que o projeto Gorutuba trouxe melhorias ao setor produtivo, estruturando o espaço em nível concorrencial, beneficiando uma parte da população. No entanto, levou à permanência da estrutura social excludente: por um lado, a reforma agrária não priorizou os gorutubanos, que são os nativos mas, sim, os colonos e, por outro lado, produziu uma nova elite agrária monopolizadora da comercialização da banana, que controla a produção e o mercado dessa fruta.

### **3.3 O conjunto Janaúba - Nova Porteirinha**

Inúmeros fatos, situações, pessoas e interesses de toda ordem fazem das duas cidades, quase como se fossem uma só. Povo e necessidades, facilidades e comodismos, traçaram uma rede de dependência. Um viajante que passar

pela rodovia MG 401, que corta ambas as cidades, muito provavelmente pensará que é um único município, paisagem conurbada que, no âmbito econômico, está altamente imbricada.

O conjunto J/NP é escolhido, na década de 70, como sede das intervenções estatais, como o projeto Gorutuba e a construção da barragem Bico da Pedra em 1978, com a distribuição desigual das áreas produtivas. Essas intervenções levaram à emancipação política, em 1997, de Nova Porteirinha, mudando a configuração administrativa do projeto, que se divide entre as duas cidades independentes politicamente, porém, inter-relacionadas de fato; sendo Janaúba pólo comercial-terciário e Nova Porteirinha a zona produtiva.

Essa diferenciação política e econômica não as individualiza. Muito pelo contrário, principalmente na esfera econômica, ambas estabelecem uma relação de complementaridade, já que não há produção sem insumos, e não existe a necessidade de insumos sem a produção, sendo, portanto uma relação altamente dependente e complementar. De acordo com SANTOS (2002)

(...) o acontecer complementar é hierárquico, pois é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados. (SANTOS, 2002: 156)

A partir dessa definição, conclui-se que esse conjunto urbano-urbano e urbano-rural, apesar de possuir funções especializadas territorialmente, está altamente imbricado. Nesse sistema, as partes compõem uma mesma estrutura, implementada pelo Estado, que tem como principal função promover o desenvolvimento econômico e a dinamização produtiva, por meio da fruticultura irrigada. Esse impulso levou as duas cidades a transformações no quadro populacional e na aquisição de equipamentos sociais que transformaram completamente suas estruturas sócio-espaciais.

Conjuntamente, as duas cidades experimentam um crescimento em seu nível de qualidade de vida, pois disponibilizam recursos e oportunidades em ambos os setores: terciário e agrícola. Esse desenvolvimento econômico-

social é acompanhado por certa concentração dos recursos, que pode ser observada na evolução do IDH<sup>68</sup> das cidades:

**Tabela 14: Evolução do IDH de Janaúba e Nova Porteirinha 1991-2000**

ANO	JANAÚBA	NOVA PORTEIRINHA	MINAS GERAIS
1991	0,641	0,598	0,742
2000	0,716	0,685	0,753

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Uma análise dos dados revela que ambas as cidades possuem um IDH médio, na classificação do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, refletindo que, apesar da melhoria no nível de vida da população, ainda existe carência em certos recursos. Comparativamente, Janaúba apresenta um índice pouco maior que Nova Porteirinha, em função da maior quantidade de oferta de serviços públicos à sua população. Por outro lado, de 1991 a 2000, ambas as cidades experimentaram uma melhoria na qualidade de vida.

Essa superioridade da cidade de Janaúba em relação a Nova Porteirinha ocorre pelo fato de que a primeira se institui como a cidade-pólo ou primaz, pois domina as relações comerciais que, em uma economia de mercado, são mais rentáveis. O IDH do Brasil é de 0,757, do estado de Minas Gerais 0,753 e o da região norte-mineira 0,541, conforme estudos da Fundação João Pinheiro (2002), demonstrando que as cidades estão bem coladas em relação à classificação geral, mas com a liderança de Janaúba. Tal fato se ratifica pela priorização de Nova Porteirinha na produção agrícola que, apesar de ser a base da relação, é uma atividade menos valorizada, agrega menos valor, de maneira que comercializar é mais lucrativo do que produzir, levando a uma relação de complementaridade dependente, que pode ser observada na seguinte tabela:

**Tabela 15: Comparação sócio-econômica entre Janaúba e Nova Porteirinha em 2002**

DADOS	JANAÚB	NOVA
-------	--------	------

68 Índice de desenvolvimento humano que é a análise multivariada de fatores que vão desde a educação a economia, retratando o nível social de um determinado local, vai de 0 a 1, que seria o nível máximo de qualidade de vida

	<b>A</b>	<b>PORTEIRINHA</b>
POP. TOTAL	61.651	7.378
POP. URBANA	53.891	4.174
POP.RURAL	7,760	3.204
PIB TOTAL	162.290	25.969
PIB AGRÍCOLA (em reais)	35.758	12.622
PIB INDUSTRIAL	36.310	2.795
PIB SERVIÇOS	127.265	10.552
IDH	0,639	0,597
RENDA PER CAPITA média (em reais)	154,52	95,32

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Esse quadro demonstra que Janaúba é a maior e mais rica das cidades analisadas, com uma renda média 43% maior que a de Nova Porteirinha. O domínio econômico se dá pela especialização produtiva que leva ambas as cidades a desempenharem papéis específicos na rede urbana regional mas que, em conjunto, podem ser consideradas pólos da bananicultura regional.

Verificou-se que as cidades, em relação à sua micro-região denominada Janaúba, ocupam posição de destaque, com uma economia dinâmica que se firmou em menos de 30 anos. Essa transformação se deu pela fundamentação do agronegócio, em especial a cultura da banana, que levou as cidades a estabelecerem uma relação de dependência hierarquizada. Tendo como pólo a cidade de Janaúba, que modificou sua posição na rede urbana norte mineira, na medida em que, a partir do crescimento desse setor, passa a polarizar com Belo Horizonte, no que diz respeito a essa formação reticular do cluster da fruticultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o processo de integração nacional, ocorrido a partir de 1950, se processa através do planejamento regional, com investimentos em infraestrutura como, por exemplo, as vias de comunicação. Esse planejamento levou a cabo uma proposta de integração regional por um sistema de redes, urbanas, que funcionam hierarquicamente dentro do espaço, com a formação de pólos e conglomerados. A expansão conectou áreas territoriais extensas, englobando territórios urbanos e rurais. Destaca-se o fato de que, apesar de o campo estar inserido no processo, o centro de comando é a cidade, já que a modernização ocorre por meio da urbanização.

Como vimos anteriormente, o processo de inserção econômica brasileira na divisão internacional do trabalho, de forma industrial, levou à inserção de um projeto nacional de reestruturação sócio-espacial. Essa “reforma” econômica, no entanto, não ocorreu de forma homogênea dentro do território nacional, ou mesmo no espaço norte mineiro. Algumas áreas ou pontos específicos são escolhidos pelo Estado para serem o berço de projetos modernizantes, enquanto outras áreas continuariam excluídas.

A estruturação diferenciada diz respeito à hierarquização do processo urbanístico-produtivo. Esse escalonamento, além de ser espacial, é também econômico e social, levando à uma distinção das interações espaciais e das funções produtivas dos locais. Isso promove a geração de áreas pólos e áreas complementares, além de espaços que podem acumular as duas funções, já que a polarização e a periferação se referem a um determinado modo produtivo específico, como é caso do sistema urbano-rural de J/NP. Nesse sistema, a região polariza a produção e comercialização da fruticultura, tanto do projeto Gorutuba, quanto do projeto Jaíba, porém, no que diz respeito aos serviços, apesar do crescimento, ainda é subordinado a Montes Claros. É claro que o desenvolvimento de algumas localidades levou a um retrocesso em outras, já que a concorrência à disponibilidade de comércio, em outras regiões, ocasiona uma abertura para novos espaços polarizadores.

Janaúba e Nova Porteirinha são exemplos desse fenômeno, pois suas emancipações políticas e impulso urbano ocorreram via estruturação estatal,

principalmente em relação à economia local, que recebe incentivos e passa a se destacar no cenário regional. O crescimento urbano rápido foi tão evidente que a poesia de um autor local, Raimundo Evangelista de Souza (s/d), demonstra tal transformação:

Da ferrovia, do rio, ao vir pelas picadas  
Surgiu-lhes essa esposa ideal para sua morada...  
Em seu cinquentenário rezam seus anais  
***OH! NÃO CRESCEU CINQUENTA, E SIM, CEM VEZES  
MAIS.***

Essa modificação sócio-espacial não se limitou à presença da ferrovia mas, também, a uma série de projetos; como em 1978, a construção da barragem Bico da Pedra e, em 1986, a rodovia MG 406, que levaram as cidades ao desenvolvimento econômico e ao crescimento urbano. Estruturou-se, assim, uma relação de dependência econômica entre as cidades, pois Nova Porteirinha é a região produtiva, enquanto Janaúba é o centro comercializador e prestador de serviços, numa interação interdependente e polarizada. Porém, politicamente, ocorre um processo de cisão administrativa, que levou o então distrito à emancipação política e à redistribuição do poder territorial.

Assim, por meio da análise da evolução político-espacial das cidades e da região, foi possível compreender que o Norte de Minas passa a dinamizar seu sistema econômico, com destaque no quadro nacional a partir da década de 50. Isso ocorre devido às intervenções estatais, que são direcionadas pelo parâmetro desenvolvimentista, tendo como objetivo principal a inserção nacional na economia capitalista internacional.

Essa tendência não foi exclusiva do nosso estudo de caso mas, sim, de todo o interior do Brasil. Por uma perspectiva mais ampla, a política desenvolvimentista não ocorreu apenas em nosso país, fez parte de uma tendência verificada em várias regiões da América Latina. Assim, a política desenvolvimentista se estabeleceu nos planos macro e micro regionais.

Sobre essa transformação, ocorrida inclusive em nível continental, existem estudos sobre as políticas públicas implementadas na América Latina, que afirmam que essas manifestações se intensificaram principalmente na década de 80, todas sobre um mesmo modelo:

A reestruturação econômica y la internacionalización de la producción durante los años 80 han cambiado la geografía económica. Regiones centrales existentes fueron seriamente afectadas por la reestructuración industrial. Al mismo tiempo surgieron nuevas regiones de crecimiento, conocidas como distritos industriales, las cuales han competido exitosamente en el comercio internacional. La especialización flexible y los distritos industriales redefinieron el marco de referencia para las políticas regionales y dieron origen a la segunda generación de políticas regionales de industrialización. La noción central de estas políticas de desarrollo regional endógeno fue *"aumentar las capacidades de desarrollo de una región - generar un reto a la competitividad y las tecnologías internacionales con base en la movilización de sus recursos específicos."* ( HELMSING, 1999:07. Grifo nosso.).

Essa dinamização dos recursos regionais modernizou grande parte dos países latino-americanos, aumentando sua participação na dinâmica capitalista internacional. Isto só foi possível porque os mesmos possuíam um interior "inexplorado", ou mesmo um sub-aproveitamento de suas capacidades produtivas, na perspectiva macro-comercial. Daí a intensificação dos investimentos em áreas interioranas; como no caso brasileiro com as regiões norte e nordeste, estando o norte de Minas incluso na orientação política-espacial nordestina. Tal modernização produtiva e dinamização econômica são moldadas pela forma urbana, ou mais especificamente pelas redes urbanas que estruturam o sistema produtivo em nível regional.

Essa cadeia comercial só funciona por meio da estruturação de redes, com seus pontos fixos e suas linhas de fluxo. Espacialmente, verificam-se a polarização das atividades, a hierarquização das funções e a divisão territorial do trabalho. No nosso caso, a transformação da base técnica da agricultura de subsistência para comercial passou a requerer aporte maior de recursos financeiros, que aumentou o domínio desse capital em relação às atividades primárias. Esse recurso é urbano por excelência, fazendo parte do circuito superior da economia.

Os órgãos responsáveis pela modificação foram a SUDENE e a CODEVASF que, por meio de investimentos em grandes projetos de irrigação, conseguiram alterar o perfil do setor agropecuário, aumentando a produção,

especialmente nos perímetros irrigados. A atuação da CODEVASF resultou na prática de uma agricultura comercial especializada e com uso de tecnologias modernas no vale do São Francisco. Tal modernização do campo está imbricada com o fortalecimento de algumas cidades especializadas, permitindo-nos relacionar o desenvolvimento agrícola norte-mineiro com o desenvolvimento de sua rede urbana.

Dessa maneira, no norte de Minas, a hierarquia urbana geral segue um parâmetro espacial dendrítico e achatado, que nos levou à seguinte classificação:

**Tabela 16: Rede urbana geral do Norte de Minas**

<b>CIDADES</b>	<b>SERVIÇOS</b>	<b>POSIÇÃO NA REDE URBANA</b>
Montes Claros	62,4%	Centro regional
Janaúba	17,3%	Centro local primaz
Pirapora	8,1%	Centro local
Januária	6,3%	Centro local
Outros	restante	Centros de zona

Fonte: Dados básicos: IBGE- Censo Econômico/1980  
 ENECOM-Plano multimodal de transportes (PMT/MG)  
 Relatório Técnico Intermediário - Análise Sócio-Econômica  
 Elaboração: SUCEP/SEPLAN

Essa rede geral, porém, não expressa todos os fluxos produtivos regionais. Como resultado da pesquisa, percebemos a superposição de redes e a consolidação de fluxos diferenciados. No caso da fruticultura irrigada e em espacial da bananicultura, a rede urbana segue uma outra conformação:

**Tabela 17: Rede urbana da fruticultura nordeste do Norte de Minas**

<b>CIDADES</b>	<b>Posição na rede urbana</b>
Belo Horizonte	Capital regional
Janaúba	Centro regional
Jaíba/Nova Porteirinha	Centro local primaz

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, percebemos, na região, uma superposição de circuitos econômicos que promovem ou não o desenvolvimento de determinadas cidades. Através da especialização produtiva, que passa a ser comercializada em pontos estratégicos do território, leva-se a uma interdependência das

idades, transformando a organização político-espacial, levando determinados locais ao crescimento ou ao declínio. Essa reorganização promoveu, por um lado, mudanças profundas na sociedade, fazendo surgir novas elites e, por outro lado, mantendo o sistema monopolizado, já que a concentração de capital permanece e a exclusão se ratifica como traço social.

Essa manutenção da ordem excludente, verificada no território nordestino e aqui na região, talvez seja, o grande erro das políticas públicas implementadas, como no caso do projeto Gorutuba, em que se investiu em estradas, em estruturas de irrigação e outras bases materiais, mas não se investiu no homem simples do campo, no “gorutubano do pé rachado”, fato que os levou à marginalização do processo de modernização/urbanização local.

Nesse contexto, o papel a ser desempenhado pelo Estado está no centro dos debates, pois a sua atuação parece não amenizar as desigualdades sociais existentes, o que leva a duas críticas comuns. Afinal, deve-se reduzir a sua atuação ao mínimo possível, já que o mesmo aprofundou os níveis de exclusão social, opinião ratificada pela teoria neo-liberal<sup>69</sup>? Ou numa perspectiva contrária, o ideal é ter um Estado altamente regulador, garantindo e gerando sozinho o desenvolvimento?

De acordo com os estudos da pesquisa sobre o desenvolvimento social na região, defendemos que ambas as alternativas se mostram insuficientes, e o que se deve buscar é um modelo estatal diferenciado, que esteja amplamente articulado com a sociedade civil e com o mercado.

Mesmo que as políticas públicas regionais tenham tido poucas vitórias em relação ao desenvolvimento social, a modernização econômica trouxe estruturações importantes para o quadro sócio-espacial. Acreditamos que o desenvolvimento dificilmente ocorre de forma espontânea e o Estado ainda parece ser uma importante ferramenta de defesa da sociedade e da manutenção equilibrada do território nacional.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. “O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural”. In: *Economia aplicada*. nº.2, V IV, p. 379-397, ABR. 7/Junho, 2000.

ALMEIDA, Maria Ivete Soares. “Algumas considerações sobre o papel do estado na reorganização do espaço norte mineiro”. In: *Caderno geográfico*. Montes Claros: vol.3, Outubro-1999, p. 9-15.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Comissão especial para, no prazo de 60 dias, estudar a situação da fruticultura mineira, bem como criar soluções e melhores possibilidades para sua expansão e desenvolvimento*. Belo Horizonte: Outubro, 2004.

BECKER, Bertha K. “A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de. CORRÊA, Roberto Lobato. GOMES, Paulo Cezar (org). *Geografia conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.p271-307.

BIDERMAN, C e org. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: ed. 34, 1996. pp.61-67.

BRANDÃO, Maria de Azevedo R. “Brasil: uma urbanização sanguinária” In: *O novo mapa do mundo*. Globalização e espaço latino-americano. Org Santos, Milton; Araújo , Mônica. São Paulo: Edit. Hucitec, 1997.

CARDOSO, José Maria Alves. “A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais”. In: OLIVEIRA, Marcos F. M. & RODRIGUES, Luciene (orgs). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000,p.173-346.

---

69 Neoliberalismo é uma teoria resgatada na década de 90 na Inglaterra, que propõe a diminuição da atuação estatal, sendo que este modelo não mais se basearia na ação protetora do Estado, mas sobretudo na livre participação do capital privado e no estímulo à competitividade.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação; economia, sociedade e cultura*. 8º ed. .Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná Elias de . “Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação”. In: CASTRO, Iná Elias . GOMES, Paulo Cezar da Costa etalli. *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p155-195.

CODEVASF. *Avaliação da disponibilidade de uso potencial hídrico do rio Gorutuba*. Montes Claros: Ministério da Irrigação, [s.d.].

COELHO, Maria do Socorro Alves. “Análise das redes urbanas nordestinas”. In: *Revista brasileira de geografia*. Rio de Janeiro abril/Junho, nº2, volume 52, 1990, p.59-74.

COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento: o processo da criação da Sudene*. São Paulo: Editora Perspectiva S. A, 1978.

CORREA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. “A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos.” In: *Revista brasileira de geografia*. Jan/Mar , ano 50, nº 1, 1988.p.61-83.

\_\_\_\_\_. “Interações espaciais”. In: *Explorações Geográficas*. Orgs: Castro, Iná Elias de.Gomes et al.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p279-318.

COSTA, Carlos Aníbal Nogueira. “Reorganização da infra-estrutura: o caso de Minas Gerais. In: *Perspectivas da reorganização brasileira*. Relatório IPEA/BNDS. 1998, p 8-43. [www.ipea.org.br](http://www.ipea.org.br) 04/01/2006.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. “Sistema de cidades em terra semi-árida”. In: ALMEIDA, Maria Geralda & RATTI, Alessandro JP. *Geografia leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003, p.205-236.

DIAS, Leila Christina. “Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias. CORREA, Roberto Lobato. GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, 7ed.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Índice de desenvolvimento humano (IDH): municípios de Janaúba e Nova Porteira- 2002*.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira*. Coleção; O Brasil urbano: [s.l.] Ministério da Educação e Cultura, 1963.

GONÇALVES. Carlos Walter Porto. “As minas e os Gerais”. In: *IV Encontro nacional de rede cerrado*. Montes Claros: [s.n.], 1999.

GUIMARÃES, A. S. Alfredo e CASTRO, Nadya A. “Classes, regimes fabris e mudança social no Nordeste brasileiro”. In: VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. (orgs.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990.

HAESBAERT, Rogério. “Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias. CORREA, Roberto Lobato. GOMES, Paulo Cezar da. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 7 ed. Pg 165-206.

HELMSING, A. H. J. “Teorías de desarrollo industrial regional y políticas de segunda y tercera generación”. In: MALIART, Pablo (org). *Eure Santiago*.

Santiago do Chile: Editora da Universidad de Chile, set de 1999. v25, nº75 .  
Pg 5-27.

JARAMILLO, S. e CUERVO, L. M. “Tendências recentes e principais mudanças na estrutura espacial dos países latino-americanos”. In: VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. (orgs.) *Reestruração urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990.

KLIKSBERG, Bernard. “Como reformar o estado para enfrentar os desafios do século XXI?” In: *Mitos e falácias do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez, 2001.

LESSA, SIMONE NARCISO. *TREM-DE-FERRO: DO COSMOPOLITISMO AO SERTÃO*. TESE DE MESTRADO EM HISTÓRIA (UNICAMP), 1993.

LOKJINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. Trad. de Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MELO, Marcos André B. C. de. “Regimes de acumulação, estado e articulação de interesses na produção do espaço construído (Brasil, 1940-1988)” In: VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. (orgs.) *Reestruração urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990.

MORAES, Luciene Forentino. *Desenvolvimento sustentável e agricultura irrigada no contexto do projeto Jaíba- Etapal*. Tese de mestrado. Viçosa, 1999.

OLIVEIRA, Francisco. “Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes”. In: Moíses, José Álvaro et al. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. “O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área de atuação da SUDENE”. In:

OLIVEIRA, Marcos F. M. & RODRIGUES, Luciene (orgs). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000, p13-94.

PEREIRA, Anete Marília. “ A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões. In: PEREIRA, Anete Marília. ALMEIDA, Mara I. Soares. *Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2004. p11-32.

PIRES, Simeão Ribeiro. *O padre e a bala de ouro*. [ s.l.]: Associação brasileira de imprensa, 1979.

PROGRAMA SEBRAE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL GRANDE SERTÃO. *Levantamento sócio-econômico de Nova Porteira*. Fevereiro: 2004

RELATÓRIO ANUAL DO PERÍMETRO GORUTUBA: Safra 2001, Montes Claros.2001

RELATÓRIO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO- CODEVASF. *Projetos em execução no Vale do São Francisco*. Brasília 2001.

RELATÓRIO TRIMESTRAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. *Perímetro de irrigação Gorutuba, Jaíba, Lagoa Grande e Pirapora*. Montes claros: 1º trimestre de 2005

RITS, Gilbert .*The history of development: from western origins to global faith*. Trad: Patrick Camiller. London: Zed Books, 1997.

RODRIGUES, Luciene. “Formação econômica do Norte de Minas e o Período recente. In: OLIVEIRA, Marcos F. M. & RODRIGUES, Luciene (orgs). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000,p.105-170.

RODRIGUES, Luciene. GONÇALVES, Maria Elizete et alli. “Especificidades setoriais dos municípios do Norte de Minas: um instrumento para o desenvolvimento setorial e regional”. In: *Cadernos BDMG*. Belo Horizonte: O Lutador, nº10, abril. 2005, p. 7-35.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. (org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec-AMPUP, 2002. 5º ed.

SILVA, José Graziano. *Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Série TD.2. 1990.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto, 2002.

SMITH, Neal. *Desenvolvimento Desigual*. In: *Para uma teoria do desenvolvimento desigual*. Bertrand Brasil, 1998. pp.149-189.

SOJA, Edward W. *Geografias pós modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias. CORREA, Roberto Lobato. GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p77-116.

SPOSITO, Maria Encarnação. “A urbanização do Brasil”. In: SECRETARIA de Estado da educação de São Paulo. *Série argumentos*. São Paulo: (mimeo), 1993. p63-76.

STORPER, Michael. “A industrialização e a questão regional no Terceiro mundo”. In: VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. (orgs.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990.

VEIGA, José Eli da et ali. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Convênio FIPE, Il ca, 2001.

VIERA, Maria das Graças Silva. *Avaliação sócioeconômica ambiental do perímetro irrigado do Gorutuba-MG e o desenvolvimento regional*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Maio 2003.

Vlash, Vânia Rubia Farias. *Entre a idéia de território e a lógica da rede: uma reflexão a respeito do brasil no limiar do século XXI*. Conferencia pronunciada durante el segundo encuentro internacional humboldt, argentina: octubre de 2000.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BORDIM, Alain. *A questão local*. Trad: Orlando dos Santos. Rio de Janeiro:DP&A,2001.

CARVALHO, Daniel Fonseca. *Otimização do uso da água no perímetro irrigado do Gorutuba*. Viçosa – UFV, 1998. (dissertação de doutorado).

CAVALCANTE, José Euclides. *Impactos sócio econômicos do perímetro irrigado do Gorutuba nos municípios de Janaúba e Porterinha*. Montes Claros: Ministério do meio ambiente, dos recursos hídricos e da Amazônia Legal. , 1998.

CORREA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, Carlos Aníbal Nogueira. *Reorganização da infra-estrutura: o caso de Minas Gerais*. IPEA-BNDS. [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) 25/12/2005.

COSTA, Wanderley Messias da. *O estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1981.

FAISSOL, Speridião. “O processo de urbanização brasileiro: uma contribuição à formulação de uma política de desenvolvimento urbano/regional” .In: *Revista brasileira de geografia*, abri/ junh, ano 49, nº2, 1987.p57-114.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. *A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

LIMA, Elisangela Fernandes. *Neoliberalismo no Brasil e suas conseqüências sobre o emprego no período de 1990 a 2002*. Montes claros. UNIMONTES, 2002 (monografia).

LLORENS, Francisco Albuquerque. *Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para construção de uma nova agenda política*. Trad: Antônio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro: BNDS,2001.

LUZ, Claudia e DAURELL, Carlos (org). “Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade”. In: *IV encontro nacional da rede cerrado das organizações não governamentais*. Montes claros: Imprensa Universitária Unimontes,2002.

MODIE, A. E. *Geografia e política*. Rio de Janeiro: Zahar,1965.

PALHARES, K. L. *A irrigação pública no processo de transformação do espaço agrário*. Tese de mestrado Universidade Federal de Minas Gerais,[s.d.].

PROJETO de desenvolvimento rural integrado do Vale do Gorutuba-  
*Polonordeste*. [s.l.] Plano operativo. Abril 1983/Março 1984 .

SEBRAE-MG. *Programa Sebrae de desenvolvimento local grande sertão*. Nova  
Porterinha; sd. Fevereiro 2004.

SEM, Amartya. *Desenvolvimento com liberdade*. São Paulo: Cia das Letras,  
1999.

TELLES, Selva de Souza Lima. “*Cluster de fruticultura*”: o projeto Jaíba  
*como ponto de partida*. Montes Claros : UNIMONTES, 2003 (monografia).

VISENTINE, José Willian. *Novas geopolíticas: as representações do século  
XXI*. São Paulo: Contexto, 2003.